



# PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

---

Prefeitura Municipal de Realeza  
Secretaria de Educação

2  
0  
1  
5  
/  
2  
0  
2  
5



---

# PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

---

Prefeitura Municipal de Realeza  
Secretaria de Educação



**VALDOMIRO LEITE**

Vice-Prefeito

**GERALDINA GAMLA BEDIN**

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

**LENOIR IOP**

Presidente da Câmara de Vereadores

**IZAIAS DA ROSA**  
**JOSE ALAIR DOS SANTOS**  
**MOACIR FURTADO**  
**ODIR BASSO**  
**SELMAR DE CÉSARO**  
**TÂNIA LOTICI RODOY**  
**VANDERLEI BAMPI**  
**ZANETI MARCANTE**

Vereadores



**COMISSÃO COORDENADORA PARA ADEQUAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE REALEZA/PR NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 3.153/14**

- I. Representante da Secretaria Municipal de Educação:**  
Geraldina Gamla Bedin – RG 4.022.399-1
- II. Representante dos diretores do Ensino Fundamental/Anos Iniciais:**  
Jaqueline Zuchi Consorte – RG 7.630.157-3
- III. Representante dos Professores da Rede Pública Municipal:**  
Rosana Socovoski – RG 0.090.207-8
- IV. Representante da Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação:**  
Eliane Salete Vendruscolo – RG 4.520.518-5
- V. Representante Auxiliar Administrativo**  
Debora Regina Schmidt – RG 9.003.441-3
- VI. Representante Auxiliar de Secretaria**  
Michel Siminhuck – RG 10.118.303-3
- VII. Representante da Educação Infantil**  
Lucimar Johanson – RG 6.152.953-5
- VIII. Representante Técnico Administrativo**  
Suelen Raquel de Campos – RG 9.760.693-5
- IX. Representante do Conselho de Alimentação Escolar**  
Ronei Carlos Locatelli – RG 8.504464-8
- X. Representante do Conselho Municipal de Educação**  
Elizandra Vinck Rizzi – RG 5.109.873-0



**EQUIPE TÉCNICA PARA ADEQUAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
REALEZA/PR NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 3.154/14**

**I. Secretária Municipal de Educação**

Geraldina Gamla Bedin – RG 4022399-1

**II. Coordenação Pedagógica**

Eliane Salete Vendruscolo – RG 4520518-5

Jaqueline Zuchi Consorte – RG 7630157-3

**III. Auxiliar Administrativo**

Debora Regina Schmidt – RG 9003441-3

Suelen Raquel de Campos – RG 9760693-5



## SUMÁRIO

<b>I – APRESENTAÇÃO</b> .....	08
<b>II - CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO</b> .....	09
1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS .....	09
1.1 Localização .....	09
1.2 Clima .....	10
1.3 Vegetação .....	11
1.4 Solo.....	11
1.5 Aspectos Geológicos .....	11
1.6 Hidrografia .....	12
2. ASPECTOS HISTÓRICOS .....	12
2.1 Evolução Histórica .....	12
2.2 Histórico do Nome .....	14
2.3 Símbolos Municipais .....	14
2.4 Hino do Município .....	14
3. ASPECTOS POPULACIONAIS.....	15
4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS.....	16
5. ASPECTOS CULTURAIS.....	18
6. ASPECTOS EDUCACIONAIS.....	19
<b>III - DIRETRIZES GERAIS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO</b> .....	22
<b>IV - NÍVEIS DE ENSINO</b> .....	23
1 - EDUCAÇÃO BÁSICA .....	23
1.1 Educação Infantil .....	23
1.1.1 Diagnóstico .....	23
1.1.1.1 Recursos Humanos .....	26
1.1.1.2 Gestão escolar.....	28
1.1.2 Objetivos e Metas para a Educação Infantil .....	28
1.1.2.1 Metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação .....	28
1.1.2.2 Metas e Estratégias para o Município .....	28
1.2 Ensino Fundamental .....	31
1.2.1 Diagnóstico.....	32
1.2.1.1 Organização.....	32
1.2.1.2 Matrículas.....	33
1.2.1.3 Recursos humanos.....	34
1.2.1.4 Índice de qualidade do ensino .....	36
1.2.1.5 Gestão escolar .....	37
1.2.2 Objetivos e Metas para a Educação Fundamental .....	38
1.2.2.1 Metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação .....	38
1.2.2.2 Metas e Estratégias para o Município .....	39
1.3 Ensino Médio .....	41
1.3.1 Diagnóstico.....	42



1.3.2	Objetivos e Metas para o Ensino Médio .....	45
1.3.2.1	Metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação .....	
1.3.2.2	Metas e Estratégias para o Município .....	
2	ENSINO SUPERIOR .....	
2.1	Educação Superior .....	47
2.1.1	Diagnóstico .....	47
2.1.1.1	Universidade Federal da Fronteira Sul .....	47
2.1.1.2	Centro de Ensino Superior de Realeza .....	49
2.1.1.3	Outras instituições de Ensino Superior .....	51
2.1.2	Objetivos e Metas para o Ensino Superior .....	52
2.1.2.1	Metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação .....	52
2.1.2.2	Metas e Estratégias para o Município .....	52
<b>V</b>	<b>MODALIDADES DE ENSINO</b> .....	<b>54</b>
1.	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS .....	54
1.1	Diagnóstico .....	54
1.2	Objetivos e Metas estabelecidas para a Educação de Jovens e Adultos .....	55
1.2.1	Metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação .....	55
1.2.2	Metas e Estratégias para o Município .....	55
2.	EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS .....	57
2.1	Diagnóstico .....	57
2.1.1	Educação à Distância .....	57
2.1.2	Tecnologias Educacionais .....	58
2.1.2.1	Nas vídeo-aulas .....	58
2.1.2.2	Nas escolas .....	58
2.2	Objetivos e Metas Estabelecidas para a Educação à Distância .....	59
2.2.1	Metas e Estratégias para o Município .....	59
3.	EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL .....	60
3.1	Diagnóstico .....	60
3.2	Objetivos e Metas para a Educação Tecnológica e Formação Profissional .....	62
3.2.1	Metas e Estratégias para o Município .....	62
4.	EDUCAÇÃO ESPECIAL .....	63
4.1	Diagnóstico .....	63
4.1.1	Atendimento da Educação Especial na Escola Especializada .....	63
4.2	Objetivos e Metas estabelecidas para a Educação Especial .....	68
4.2.1	Metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação .....	68
4.2.2	Metas e Estratégias para o Município .....	68
<b>VI</b>	<b>MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA</b> .....	<b>71</b>
1.	FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO .....	71
1.1	Diagnóstico .....	72
1.2	Objetivos e Metas para o Magistério da Educação Básica .....	73
1.2.1	Metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação .....	73
1.2.2	Metas e Estratégias para o Município .....	73
<b>VII</b>	<b>FINANCIAMENTO E GESTÃO</b> .....	<b>77</b>



<b>1. FINANCIAMENTO E GESTÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.....</b>	<b>77</b>
1.1 Diagnóstico do Financiamento.....	77
1.2 Diagnóstico da Gestão.....	
1.3 Objetivos e Metas para o Financiamento e Gestão .....	
1.3.1 Metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação .....	
1.3.2 Metas e Estratégias para o Município .....	84
<b>VIII - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO.....</b>	<b>89</b>
<b>DOCUMENTOS CONSULTADOS.....</b>	<b>91</b>
<b>SITES CONSULTADOS.....</b>	<b>92</b>



## I APRESENTAÇÃO

O Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2012, e que terá vigência até 25 de junho de 2024 tem características que o tornam diferente dos planos anteriores. Esse fato torna necessária a adequação do Plano Municipal de Educação (PME) vigente, aprovado em 2008, para atender a uma exigência constitucional legal de que o mesmo se encontre em sintonia e coerente com o atual PNE, já que, é no território do município que as metas nacionais se concretizam. 14

O grande desafio foi construir um Plano Municipal de Educação em torno de cada uma das 20 metas estabelecidas no PNE, o que exigiu um trabalho organizado que envolveu levantamento de dados e informações, estudos, análises, consultas públicas e decisões na busca do alinhamento e consonância dos planos nacional, estadual e municipal de forma que houvesse uma combinação de metas em todas as esferas e, cujo objetivo, é a garantia do direito à educação com equidade.

É fundamental considerar que o PME deve ser do município, e não apenas da rede municipal, portanto todas as necessidades educacionais do cidadão devem estar presentes no Plano, o que vai muito além das possibilidades de oferta educacional direta da Prefeitura. O trabalho pressupõe o envolvimento de todos para que se assegure qualidade na construção das decisões que vincularão o respectivo projeto educacional com projetos de desenvolvimento local.

É importante considerar que, embora a União, os estados e os municípios tenham atribuições diferenciadas a Constituição Federal deixa clara a corresponsabilidade dos entes federativos, que devem organizar seus sistemas de ensino para que o trabalho aconteça de forma colaborativa viabilizando que todos tenham seu direito garantido.

O PME terá a responsabilidade de conciliar as necessidades e as capacidades educacionais levando em consideração a trajetória histórica e a perspectiva de futuro do município. Fica evidente, portanto, que é preciso conhecer bem o cenário atual para projetar o futuro com base em decisões coerentes. Nesse contexto, é necessário que o PME seja articulado aos demais instrumentos de planejamento para que possa ser apoiado técnica e financeiramente ao longo da década.

Por fim, o PME tem de ter legitimidade para ter sucesso. Somente um Plano Municipal de Educação legítimo e exequível pode contar com o apoio de todos para monitorar seus resultados e impulsionar a sua concretização ao longo dos seus dez anos de vigência.

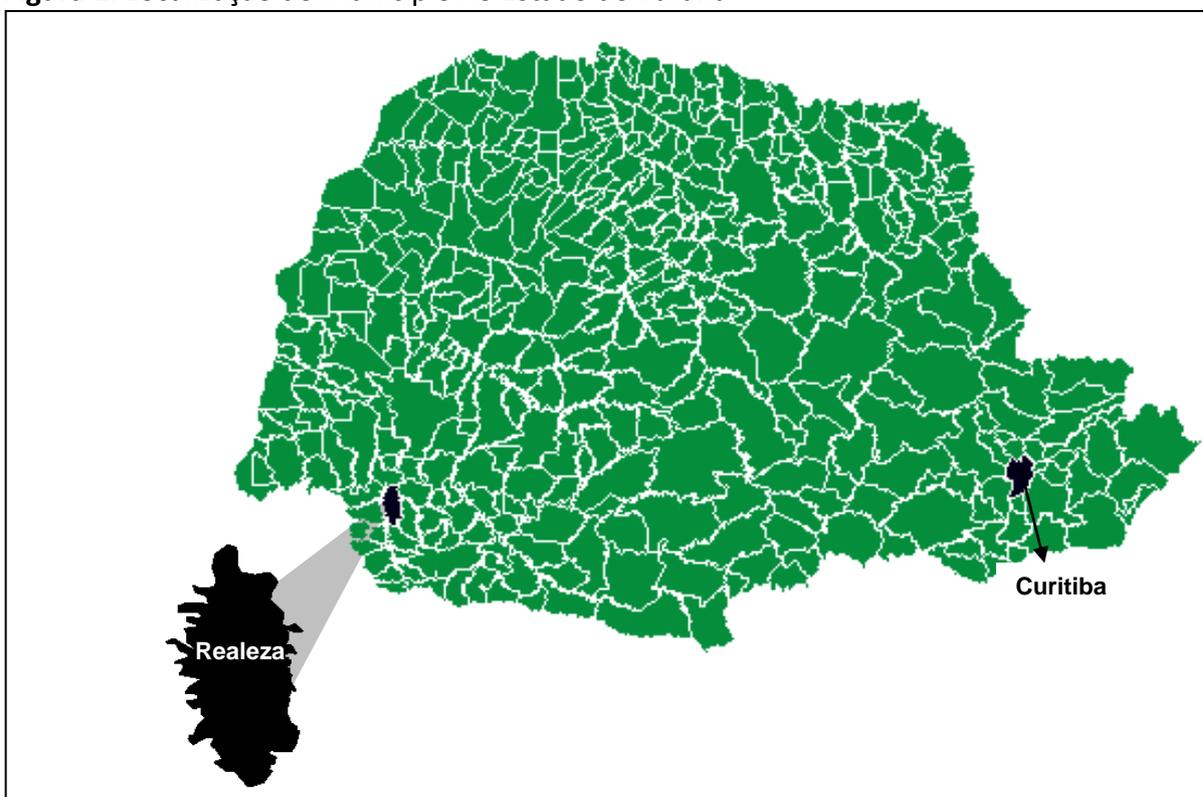
## II CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

### 1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS

#### 1.1 Localização

O município de Realeza localiza-se no Sudoeste do Paraná, a uma latitude de 25° 46' 08" Sul e Longitude de 53° 31' 57" W. A sua área total é apresentada em três versões diferentes, pois segundo o IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) a sua área é de 355,199 km<sup>2</sup>, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apresenta uma área de 353,42 km<sup>2</sup> e a Administração Municipal oficializou a sua área em 365 km<sup>2</sup>.

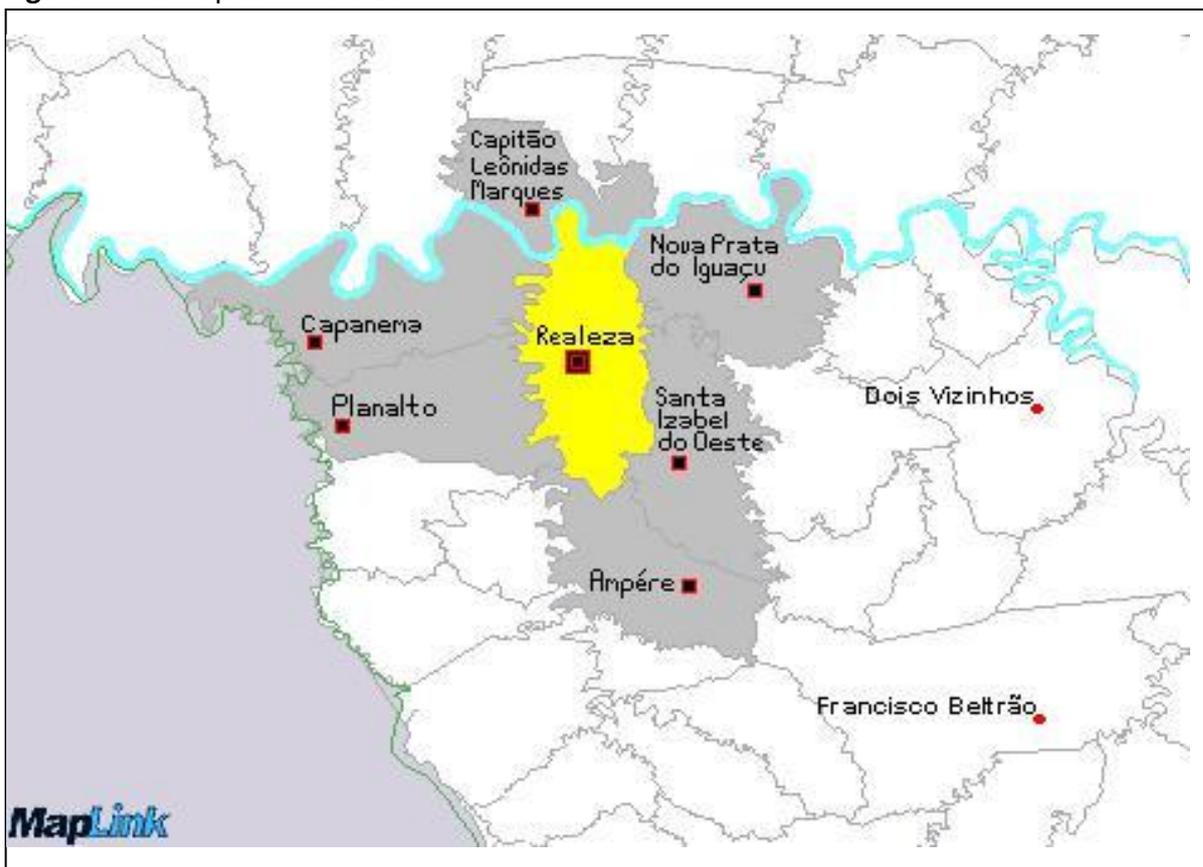
**Figura 1.** Localização do Município no Estado do Paraná



Fonte: MapLink

Os seus limites são: ao Sul com Ampére, ao Norte com Capitão Leônidas Marques, a Leste com Santa Izabel do Oeste e Nova Prata do Iguaçu, a Oeste com Planalto e Capanema.

Figura 2. Municípios limítrofes



Fonte: MapLink.

## 1.2 Clima

O clima predominante no Município é, segundo a classificação de *Köppen*, Subtropical Úmido ou Mesotérmico (Cfa). Em virtude das massas de ar frio oriundas da Argentina, as geadas, quando ocorrem, são nas áreas de relevo mais baixo e sua frequência vem sofrendo alterações.

As chuvas ocorrem de forma distribuída durante todo o ano, o que acaba por favorecer a diversificação de culturas agrícolas no Município, e varia de 1800 a 2000 mm/ano. O período de maior índice pluviométrico vai de setembro a janeiro, mesmo período de plantio das culturas de verão.

No perímetro urbano, têm-se um micro-clima devido à massiva presença fluvial na região. Tal fator, por ser um grande gradiente térmico, dificulta a sobrevivência de inúmeras espécies arbóreas.

A circulação atmosférica é baseada na descrição dos mecanismos atmosféricos atuantes no Estado do Paraná e, conseqüentemente, na bacia do Iguaçu, onde se encontra o município de Realeza.

O clima da região possui influência dos efeitos de circulação de macro-escala, que se sujeita a ações de anticiclone subtropical do Atlântico Sul.

## 1.3 Vegetação



O Município possui o aspecto fitogeográfico de FOM (Floresta Ombrófila Mista), com uma área de cobertura vegetal de 2.43,85 hectares e valor correspondente 4,26% de contribuição na mesorregião. Possui 14,8 hectares de reflorestamento, que corresponde a 20% na mesorregião.

Não existem reservas particulares cadastradas, devendo haver maior conscientização dos proprietários para a constituição de reservas dos remanescentes florestais existentes no Município. A reserva cadastrada é a do Parque Nacional do Iguaçu, no município de Foz do Iguaçu.

#### **1.4 Solo**

O solo, classificado como Latossolo Vermelho Distrófico, possui textura argilosa, boa capacidade de retenção de água, aeração e permeabilidade. Sua fertilidade natural é baixa e é suscetível ao fenômeno da erosão. Encontra-se em áreas com relevo ondulado, favorecendo a erosão laminar, seguida de erosão de sulcos quando submetidas a chuvas de intensidade forte. A característica do Latossolo Vermelho Eutrófico é de textura argilosa, com alta fertilidade natural e encontra-se nas áreas de relevo ondulado. Nos locais onde o relevo é mais ondulado e relativamente montanhoso, o solo é do tipo Litólico Eutrófico e apresenta alta susceptibilidade ao efeito erosivo e afloramento das rochas na superfície.

O Município em sua totalidade encontra-se na faixa de 480 metros de altitude. A declividade concentra-se de 0 a 10% em grande parte do território, tendo as regiões de fundo de vale, em virtude da caixa de drenagem de rios que cortam o município, a declividade de 10 a 20% nessas regiões.

#### **1.5 Aspectos Geológicos**

O Estado do Paraná possui em sua configuração de relevo quatro paisagens naturais: o litoral, o Primeiro Planalto ou Curitiba, o Segundo Planalto ou de Ponta Grossa e o Terceiro Planalto ou de Guarapuava. O município de Realeza encontra-se situado no Terceiro Planalto que é dividido em cinco compartimentos pelos rios Tibagi, Ivaí, Piquiri e Iguaçu, que são: Planalto de Cambará e São Jerônimo da Serra; Planalto de Apucarana; Planalto de Campo Mourão; Planalto de Guarapuava e Planalto de Palmas.

A geologia do Município é classificada como Formação da Serra Geral e aluviões recentes. A formação da Serra Geral é constituída por derrames basálticos, com cobertura sedimentar arenítica. Essa formação aflora em todo o território do Município. A conformação de sua paisagem é bastante uniforme e é responsável pela conformação topográfica em mesetas - planalto de pequena conformação - e patamares - planaltos pouco elevados, em geral arenosos.

A alteração das rochas basálticas associada ao clima local originou os solos do tipo terra roxa. As aluviões recentes encontram-se ao longo do Rio Cotegipe, tendo aproximadamente 6 quilômetros de extensão e largura variando de 100 a 300 metros. É constituído essencialmente por argilas vermelhas, recomendadas para a produção de tijolos, telhas e outras peças de uso na construção civil.



As proporções de argilas e fragmentos de basalto resultam favoráveis e tornam o saibro de origem basáltica excelente material de empréstimo para as obras viárias do Município, além da ocorrência de bolsões de brechas cimentadas por crisocola e malaquita, com teores elevados de cobre, na ordem de 20%.

## 1.6 Hidrografia

O Município pertence à bacia hidrográfica do Rio Paraná, a qual se divide em outras bacias menores, sendo que o mesmo se localiza na bacia do Rio Iguaçu.

A zona hidrogeológica em que o Município se encontra é a mais desfavorável do Terceiro Planalto Paranaense, onde há frequência de poços secos, o que requer a adoção de medidas de preservação dos mananciais de superfície.

Os rios que banham o seu território são: Iguaçu, Capanema, Sarandi, Cotegipe e Jacutinga, pertencendo à sub-bacia do Baixo Iguaçu.

## 2. ASPECTOS HISTÓRICOS

### 2.1 Evolução Histórica

A colonização da região Sudoeste do Paraná teve início em meados do século XIX e foi palco de várias intervenções e disputas políticas, sociais e jurídicas, todas visando a posse da terra fértil em matérias primas, com a exploração da erva-mate pelos paraguaios Dom Lucca e João Romero. Essa área integrou o território brasileiro a partir de 1895, quando o presidente americano Grover Cleveland tomou partido pela nação brasileira no Tratado das Missões, com relação aos 25 mil quilômetros quadrados de território em área de litígio entre Brasil e Argentina: vasta extensão de terra que possuía população aproximada de cinco mil habitantes na época.

Na década de 1950, iniciou a ocupação e colonização humana de pequenas proporções. Ao contrário de outras regiões, o Sudoeste foi colonizado por livre e espontânea coragem de homens provenientes do Estado do Rio Grande do Sul. São mesclas dos imigrantes italianos (conhecidos por sua vocação agrícola, índole empreendedora e hábitos gregários) com os nativos do Rio Grande do Sul (famosos por sua lida com o campo e grandes pastagens, vocabulário próprio e hábitos nômades), cuja economia foi marcada pelo extrativismo (caça, pesca e extração vegetal), conjuntamente com a pecuária suína em regime de engorda. Entretanto, após a chegada dos migrantes a partir do ano de 1951, outra sangrenta batalha foi travada, desta vez entre os colonos já instalados na terra e os jagunços da companhia CITLA (Clevelândia Industrial Territorial Ltda). Este movimento, conhecido como o “Levante dos Posseiros” teve fim somente em 10 de outubro de 1957, com a vitória dos colonos.

Nessa época, havia no território de Realeza duas pequenas serrarias, onde o extrativismo da madeira era de pequena escala, pois as mesmas não contavam com maquinário adequado.



Por volta de 1958 chegou ao território do atual município de Realeza, que na época pertencia a Ampére, Bruno Zuttion, quando já se encontravam instaladas as famílias de Henrique Claudino dos Santos, Luiz Claudino dos Santos (Popular Dama), Frazio dos Santos, Zacarias de Leandrino, João Maria Pinto, Sétimo Dal Cortivo, Miguel Muller e Damazio, entre outras. Bruno Zuttion adquiriu uma área de 150 alqueires, da família de Henrique e Luiz Claudino dos Santos (Dama), onde hoje é o centro da cidade e negociou com industrialistas do Rio Grande Sul para colocarem uma grande indústria extrativa de madeira, dando início à fundação da cidade.

Isso aconteceu com a chegada do industrial Rubem Cesar Caselani, que em sociedade com Romano Zanchet e Angelo Camilotti, instalou a madeireira (Indústrias Cazaca Ltda), iniciando suas atividades em meados de 1961.

Atraídos pela riqueza da terra, pelo extrativismo vegetal e também pelos preços facilitados dos terrenos e da madeira para a construção, começaram a chegar à região inúmeras famílias. Assim, nos primeiros anos da década de 1960, instalaram-se a primeira casa comercial de Sirval Manfrói, o primeiro Hotel de Lauro Rodrigues, a primeira rodoviária de João da Silva (Jango), a primeira casa de Ferragens de Arnolfo Umann, a oficina mecânica de Nelson Abreu, o Contador Luiz Sérgio Sassi, o Farmacêutico Adão Faedo e outros comerciantes e prestadores de serviço.

No dia 17 de junho de 1961 foi rezada a primeira Missa celebrada pelo Padre Arthur Vangeel, da Paróquia Nossa Senhora da Glória, do município de Francisco Beltrão, num altar improvisado em cima da carroceria de um caminhão de propriedade de Lotário Rippel.

Com a elevação do território a distrito, em 7 de março de 1962, através de requerimento do vereador Bruno Zuttion, apresentado na Câmara de Vereadores de Ampére, a população já sonhava com a emancipação acreditando que isso traria grandes benefícios nas áreas deficitárias como a saúde, o abastecimento e a educação.

Em 1962, a firma Cazaca iniciou a construção da Usina Hidrelétrica que muito contribuiu para o progresso do povoado.

A comissão pró-emancipação repassou a Arnolfo Umann, em janeiro de 1962, documentos para que o mesmo entregasse ao Deputado Cândido Machado de Oliveira Neto. Na sessão da Assembléia Legislativa do dia 11 de janeiro de 1962, o Deputado Cândido Machado apresentou o projeto de emancipação de Umann. Somente em 24 de junho de 1963 foi sancionada a Lei Estadual nº 4.728/63, emancipando o município. Entre o início da ocupação até a emancipação se passaram somente três anos, mostrando a união entre seus habitantes.

A posse e a instalação se deram em 12 de novembro de 1963, com a posse dos eleitos e do ato oficial (Paço e Câmara) que aconteceu na cidade de Planalto, com a presença do Juiz da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste.

## 2.2 Histórico do Nome

A nomenclatura do município se originou da votação de nomes onde a maior referência foi a exuberância da floresta de pinheirais existentes na região, o *Phynus Araucária Angustifólia*, a Araucária do Paraná, ficando então o distrito chamado de Realeza do Pinho que após a emancipação passou a ser simplesmente, Realeza.



## 2.3 Símbolos Municipais

Em 1968, através da Lei Municipal nº 116/68, foram instituído os símbolos do Município compostos pelo Escudo (ou Brasão), a Bandeira e o Hino.

**Figura 3.** Bandeira e Brasão do Município de Realeza



Fonte: NEIS, Renato Álvaro. Livro *Origens e Formação do Município de Realeza*. 1995: pág.133,134.

## 2.4 Hino do Município

Em plena floresta altaneira  
Vanguardeiro, audaz e valente  
Vem surgir essa terra alvissareira  
Rumo ao destino esplendente.  
  
Cheia de luz e beleza  
Exuberante e forte nasceu Realeza (bis)

Não existe mais formosa  
Sob o céu da cor de anil  
Realeza é graciosa  
Acolhedora e gentil.

Em plena floresta altaneira  
Vanguardeiro, audaz e valente  
Vem surgir essa terra alvissareira

Rumo ao destino esplendente.

No caminho do progresso  
Siga avante com firmeza  
Teu destino é um sucesso  
Ó querida Realeza.

Em plena floresta altaneira  
Vanguardeiro, audaz e valente  
Vem surgir essa terra alvissareira  
Rumo ao destino esplendente.

Do Sudoeste és a rainha  
Do Paraná és o celeiro  
Sou tão feliz porque és minha  
Rincão querido e altaneiro.

## 3. ASPECTOS POPULACIONAIS

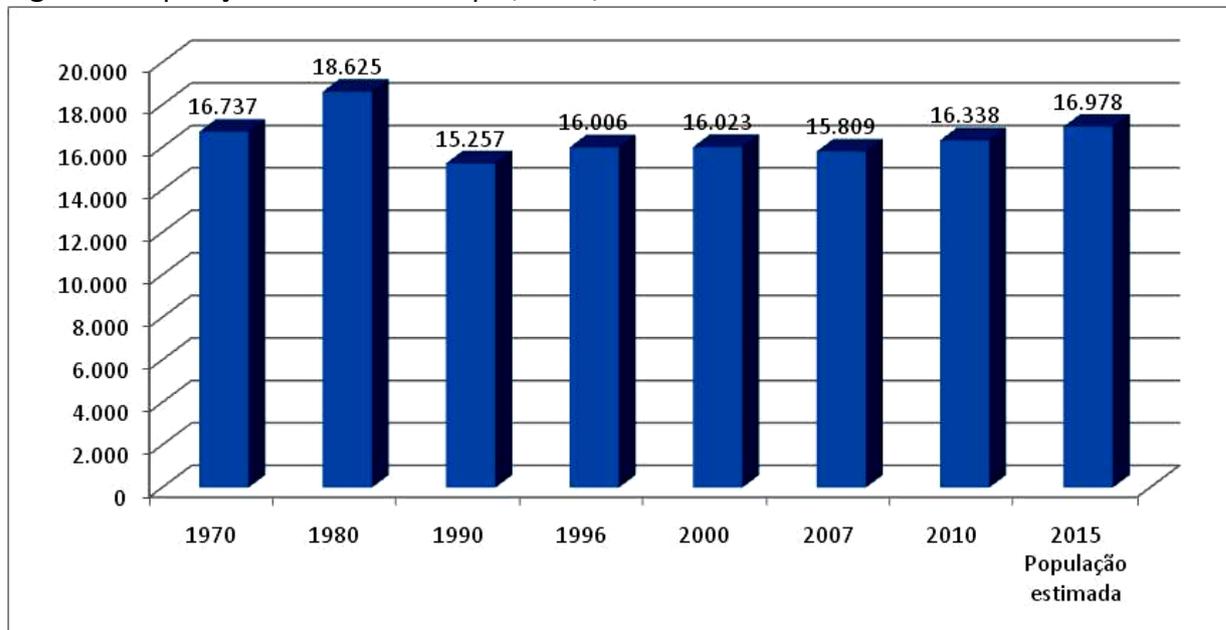
Na década de 1970 a população de Realeza somava 16.737 habitantes, dos quais 80% concentravam-se na área rural. Com o passar dos anos, a população começou a migrar para o centro urbano, chegando em 2000, de acordo com os dados do IBGE, a representar 62% de concentração na área urbana, de um total de 16.031 habitantes.



Além do esvaziamento da população da área rural, o Município vem apresentando um crescimento negativo, na faixa de -0,76% ao ano.

Em 2007, após a realização da contagem da população pelo IBGE, o Município contabilizou um total de 15.809 habitantes.

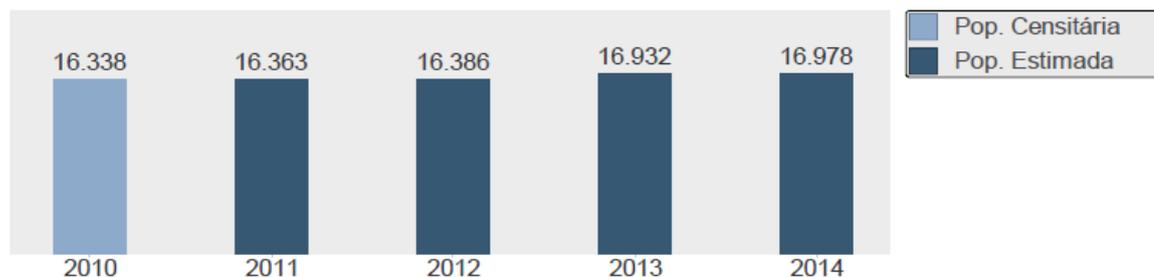
**Figura 4.** População total do Município, 1970/Estimada 2015



Fonte: IBGE.

Já na figura abaixo, apresenta-se a evolução do número de habitantes, considerando os dados do último Censo e de estimativas realizadas para os demais anos.

**Figura 5.** Evolução do número de habitantes nos últimos 5 anos.



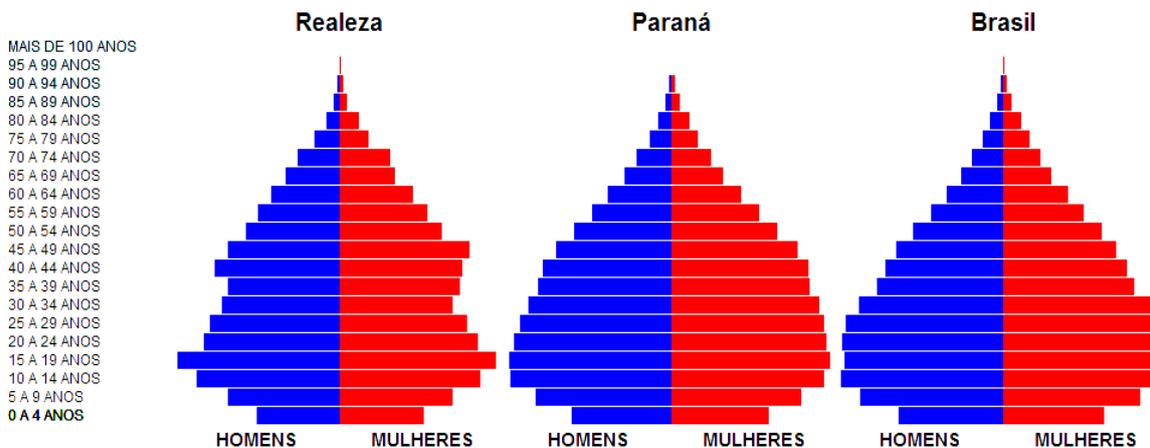
Fonte: IBGE.

A pirâmide etária do município (Figura 6) demonstra a maior concentração de realezenses entre 15 a 19 anos de idade, assim como no estado do Paraná e no Brasil. Lembrando que não somente a nível municipal, mas também a nível nacional são esses jovens que formam o conjunto de pessoas que, efetivamente, pressiona a economia para a criação de novos postos de trabalho. Mas também, são eles que estão expostos às mais elevadas taxas de mortalidade por



causas externas. Bem como, é a fecundidade das mulheres nesta faixa etária que, atualmente, mais tem contribuído para o crescimento da taxa de natalidade prevalecente no Brasil.

**Figura 6.** Pirâmide etária do município de Realeza, do Estado do Paraná e do Brasil.



Fonte: IBGE.

#### 4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Os aspectos da sociedade levando em consideração longevidade, educação e renda podem ser medidos pelo IDH - Índice de Desenvolvimento Humano. Esse é um indicador da capacidade dos habitantes de um determinado lugar de garantir um padrão de vida capaz de assegurar suas necessidades básicas como água, alimento e moradia.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Realeza em 2010 é 0,722 o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,830, seguida de Renda, com índice de 0,720, e de Educação, com índice de 0,630. Colocando o município de Realeza na 15ª posição, entre os 42 municípios da região sudoeste do Paraná.

#### ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM), 2000/2010

IDH	Município		Estado
	2000	2010	2000
Total	0,639	0,722	0,749
Renda	0,658	0,720	0,757
Longevidade	0,774	0,830	0,830
Educação	0,512	0,630	0,668
Ranking no Brasil	983ª	1244ª	5º
Ranking no Estado	80ª	115ª	-

Fonte: IPARDES.

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM/Educação. No município, em 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de



95,80%. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 87,72%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 67,18%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 47,76%. Entre 2000 e 2010, essas proporções aumentaram no município, por isso a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação, seguida por Longevidade e por Renda.

O PIB (Produto Interno Bruto) per capita do Município é de R\$ 3.236,15, enquanto que do Estado do Paraná é de R\$ 4.486,66 e do Brasil de R\$ 4.958,85.

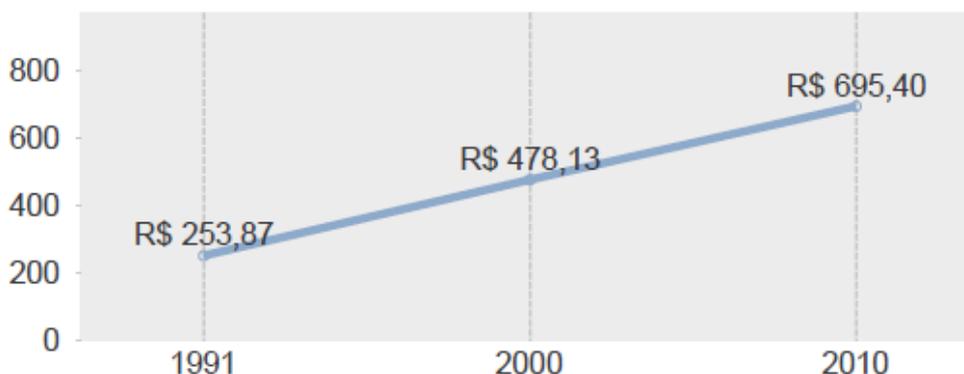
#### DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS E PARTICIPAÇÃO NO PIB MUNICIPAL, 2007<sup>1</sup>

Setores	Percentuais
Agropecuária	31,6%
Indústria	22,7%
Serviços	45,7%

Fonte: IBGE.

Considerando a média das rendas domiciliares per capita das pessoas residentes em Realeza, o salário mínimo do último ano para o qual a série está sendo é de R\$ 510,00 e apresenta-se a renda média domiciliar, segundo os últimos 24 anos.

**Figura 07.** Renda Média Domiciliar per Capita, 1991 a 2010.

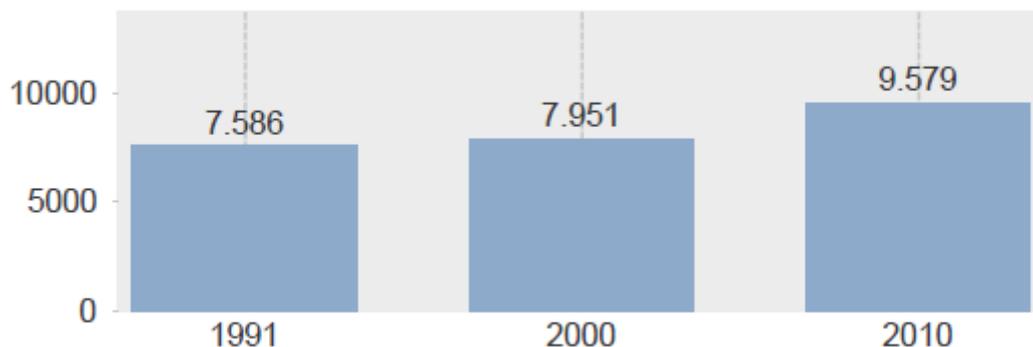


Fonte: IPARDES.

Considerando a população em idade ativa integrado pelas pessoas que estavam desenvolvendo alguma atividade de forma contínua e regular ou se encontravam procurando trabalho no período de coleta de dados, apresenta-se abaixo, a população economicamente ativa, conforme os últimos dados disponíveis pelo IBGE.

**Figura 08.** População Economicamente ativa, 1991 a 2010.

<sup>1</sup> Os valores expostos nesta tabela, são referentes aos últimos dados disponíveis pelo IBGE.



Fonte: IBGE.

#### NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR SETOR NO MUNICÍPIO DE REALIZA EM 2015

Tipo de Estabelecimento	Quantidade
Indústria	57
Comércio varejista	485
Comércio atacadista	25
ADM ou serviços Públicos	04
Autônomos	182
Prestador de Serviços	328

Fonte: Departamento de Tributos da Prefeitura Municipal de Realeza, 2015.

## 5. ASPECTOS CULTURAIS

Grande parte dos aspectos culturais é oriunda dos imigrantes que habitaram a região e contribuíram para a riqueza cultural desse município.

Alguns eventos culturais são marcantes e mobilizam várias pessoas:

- Dia do Município: 12 de Novembro;
- Dia do Colono e Motorista – 25 de Julho;
- Festa do Padroeiro Cristo Rei;
- Festa do Seminário Nossa Senhora Aparecida;
- Festa dos Padroeiros das Comunidades;
- Festa do Motorista e do Agricultor.

## 6. ASPECTOS EDUCACIONAIS

Devido à alta concentração da população de Realeza na área rural, muitas escolas foram sendo criadas para suprir as necessidades de estudo dos filhos destas famílias. Mas, com o passar do tempo, muitas famílias migraram para os centros urbanos à procura de melhores condições de vida, diminuindo a demanda de alunos. Em virtude disso, muitas escolas do campo foram



desativadas. A tabela a seguir mostra um panorama de quantas escolas foram desativadas num período de 25 anos (de 1974 a 1999).

**ESCOLAS DESATIVADAS NO MUNICÍPIO AO LONGO DO PROCESSO EDUCACIONAL, 1974/1999**

Denominação do estabelecimento	Localização	Ano
Escola Rural Municipal Bruno Zuttion	Fazenda Zuttion	-
Escola Rural Municipal Carlos Gomes	Barra da Aliança	-
Escola Rural Municipal Padre Ludovico Redim	Realeza	-
Escola Rural Municipal Pedro Álvares Cabral	Linha São José	-
Escola Rural Municipal Raposo Tavares	Linha São Sebastião	-
Escola Rural Municipal Rui Barbosa	Linha Santa Terezinha	-
Escola Rural Municipal Vicente Machado	Linha São José	-
Escola Rural Municipal Dom Pedro II	Linha Cerini	-
Escola Rural Municipal Ney Braga	Linha Progresso	-
Escola Tiradentes	Linha Flor da Serra	1974
Escola Rural Municipal Castelo Branco	Porto Areia	1983
Escola Rural Municipal Santos Dumont	Linha Bonatti	1990
Escola Rural Municipal Dom João VI	Linha Santo Antônio	1991
Escola Rural Municipal Dom Marcos Teixeira	Osório Cruz	1991
Escola Rural Municipal Henrique Dias	Baixo São José	1991
Escola Rural Municipal José Bonifácio	Alto Boa Vista	1991
Escola Rural Municipal Mateus Leme	Linha Ouro Verde	1992
Escola Rural Municipal Matias de Albuquerque	Linha Pessegueiro	1992
Escola Rural Municipal Padre Antônio Vieira	Linha Beija Flor	1993
Escola Rural Municipal Romário Martins	Linha Sertaneja	1993
Escola Rural Municipal Rubens Caselani	Sanga da Lata	1993
Escola Rural Municipal Wenceslau Braz	Linha Bom Jesus	1993
Escola Rural Municipal Arthur da Costa e Silva	Linha Dal Cortivo	1994
Escola Rural Municipal Casemiro de Abreu	Serraria Manfroi	1994
Escola Rural Municipal Emiliano Pernetá	Linha São Miguel	1994
Escola Rural Municipal Machado de Assis	Linha Baixo São Miguel	1994
Escola Rural Municipal Marechal Deodoro da Fonseca	Linha Lorenzo	1994
Escola Rural Municipal Presidente Médice	Lageado São Sebastião	1994
Escola Rural Municipal Tomé de Souza	Linha Brasília	1994
Escola Municipal Ramiro da Silva	Linha Marmelandia	1998
Escola Rural Municipal Arnaldo Bussatto	Linha Aparecida	1998
Escola Rural Municipal Benjamin Constant	Linha Vista Alegre	1998
Escola Rural Municipal Cristóvão Colombo	Linha Baitaca	1998
Escola Rural Municipal Dom Manuel	Linha Palmerinha	1998
Escola Rural Municipal Dom Pedro I	Linha Boa Esperança	1998
Escola Rural Municipal Euclides da Cunha	Mina Grande	1998
Escola Rural Municipal Gonçalves Dias	Linha Martins	1998
Escola Rural Municipal Manuel da Nóbrega	Linha Madeira	1998
Escola Rural Municipal Martim Afonso de Souza	Barra do Jacutinga	1998
Escola Rural Municipal São João Batista de La Salle	Linha Vargem Grande	1998



Escola Rural Municipal Solano Lopes	Linha Gaúcha	1998
Escola Municipal Floriano Peixoto	Linha Maravilha	1999
Escola Municipal Julia Wanderlei	Linha São Roque	1999
Escola Rural Municipal Mem de Sá	Linha Barra do Sarandi	1999
Escola Rural Municipal Princesa Isabel	Linha São Jorge	1999

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 2015.

Atualmente (2015), a rede de ensino é composta por 20 instituições de ensino, das quais 12 pertencem à rede municipal, 6 à rede estadual e 2 à rede privada, como mostra a tabela a seguir.

#### INSTITUIÇÕES DE ENSINO EM FUNCIONAMENTO NO MUNICÍPIO NO ANO DE 2015

Denominação	Dependência Administrativa	Localização
1. Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Príncipe	Municipal	Bairro São José
2. Centro Municipal de Educação Infantil Pingo de Gente	Municipal	Bairro Padre Josimo
3. Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz	Municipal	Bairro Nossa Senhora Aparecida
4. Centro Municipal de Educação Infantil Vó Totinha	Municipal	Bairro João Paulo II
5. Escola Municipal em Tempo Integral Independência – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Bairro São José
6. Escola Municipal em Tempo Integral Universidade da Criança - Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Bairro Jardim Marchese
7. Escola Municipal em Tempo Integral Menino Jesus – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Jardim Primavera
8. Escola Municipal do Campo Modesto de Palma – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Linha Flor da Serra
9. Escola Municipal em Tempo Integral Santo Antônio – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Industrial
10. Escola Municipal do Campo Vereador Guerino Lotici – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Linha Saltinho
11. Escola Municipal 24 de Junho – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Centro
12. Escola Municipal Juscelino Kubitschek – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Bairro João Paulo II
13. Escola Estadual Dom Carlos Eduardo – Ensino Fundamental	Estadual	Centro
14. Escola Estadual Saltinho – Ensino Fundamental	Estadual	Linha Saltinho
15. Colégio Estadual Doze de Novembro – Ensino Médio e Profissionalizante	Estadual	Centro
16. Colégio Estadual Flor da Serra – Ensino Fundamental e Médio	Estadual	Linha Flor da Serra
17. Colégio Estadual João Paulo II – Ensino Fundamental e Médio	Estadual	Bairro João Paulo II
18. Escola Tesouro Encantado – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Privada	Centro



19. Colégio Real – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio	Privada	Centro
20. Escola de Educação Especial Primavera	Estadual	PR 281

**Fonte:** Portal Educacional do Estado do Paraná.



### **III - DIRETRIZES GERAIS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

I - Erradicação do analfabetismo;

II - Universalização do atendimento escolar;

III - Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - Melhoria da qualidade da educação;

V - Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - Valorização dos (as) profissionais da educação;

X - Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.



## IV – NÍVEIS DE ENSINO

### 1. EDUCAÇÃO BÁSICA

#### 1.1 Educação Infantil

A Educação Infantil, de acordo com o que estabelece a Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases, “representa a primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Até o advento da Constituição Federal a educação infantil não integrava o sistema de ensino, constituindo-se em cursos livres, sem normatização específica, os quais eram oferecidos por instituições particulares, com ou sem fins lucrativos ou pelo poder público. Neste caso, a administração e o controle da educação infantil visavam atender crianças advindas de famílias de baixa renda na forma de creches e eram efetuados pela área social do município – Secretaria de Ação Social.

O marco que rompeu essa tradição no país foi a Constituição de 1988, que determinou a Educação Infantil como dever do Estado brasileiro. Foi a partir daí que a Educação na creche e na pré-escola passou a ser vista como um direito da criança, facultativo à família. Com isso, os profissionais de Educação Infantil ganharam mais legitimidade e a Educação Infantil passou a ser objeto de planejamento, legislação e de políticas sociais e educacionais.

Dois anos depois, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reafirmou os direitos constitucionais em relação à Educação Infantil. Em 1994, o MEC publicou o documento Política Nacional de Educação Infantil que estabeleceu metas como a expansão de vagas e políticas de melhoria da qualidade no atendimento às crianças, entre elas a necessidade de qualificação dos profissionais, cujo papel é legitimar os compromissos assumidos por meio da proposta pedagógica.

Nessa perspectiva, o currículo constitui-se como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio artístico, cultural, ambiental, científico e tecnológico de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

A Educação Infantil deve pautar-se pela indissociabilidade entre o cuidado e a educação. Ela tem função diferenciada e complementar à ação da família, o que implica uma profunda, permanente e articulada comunicação entre ambas.

##### 1.1.1 Diagnóstico

Para a construção de uma política pública para a Educação Infantil de qualidade no município de Realeza/PR, foi necessário realizar primeiramente um diagnóstico da situação desta etapa de ensino dos últimos 5 anos.

A Educação Infantil começou a ser ofertada no Município no ano de 1978, tanto na rede pública como na rede privada de ensino.



A partir de 2001, as creches que estavam sob a responsabilidade da Assistência Social, atendendo um total de 200 crianças, passaram a integrar a rede municipal de ensino.

Atualmente (2015), 15 instituições ofertam esta etapa de ensino. Ressalta-se que as crianças atendidas na Escola de Educação Especial Primavera serão mostradas no capítulo específico da Educação Especial.

A lei nº 12.796/2013 (LDB 9.394/96) também estabelece que a Educação Infantil – contempla crianças de 4 a 5 anos na pré-escola – será organizada com carga horária mínima anual de 800 horas, distribuída por no mínimo 200 dias letivos. O atendimento a criança deve ser, no mínimo, de quatro horas diárias para o turno parcial e de sete para a jornada integral.

#### INSTITUIÇÕES QUE OFERTAM A EDUCAÇÃO INFANTIL EM 2015

Denominação	Faixa Etária atendida	Período
Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Príncipe	0 a 4 anos	Integral
Centro Municipal de Educação Infantil Pingo de Gente	0 a 4 anos	Integral
Centro Municipal de Educação Infantil Vó Totinha	0 a 4 anos	Integral
Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz	3 a 4 anos	Integral
Escola Municipal em Tempo Integral Independência	4 a 5 anos	Integral
Escola Municipal em Tempo Integral Universidade da Criança	4 a 5 anos	Integral
Escola Municipal Juscelino Kubitschek	4 a 5 anos	Vespertino
Escola Municipal em Tempo Integral Menino Jesus	4 a 5 anos	Integral
Escola Municipal do Campo Modesto de Palma	3 a 5 anos	Vespertino
Escola Municipal em Tempo Integral Santo Antonio	4 a 5 anos	Integral
Escola Municipal do Campo Vereador Guerino Lotici	3 a 5 anos	Vespertino
Escola Municipal 24 de Junho	4 a 5 anos	Matutino/Vespertino
Escola Tesouro Encantado	0 a 5 anos	Vespertino
Colégio Real	0 a 5 anos	Vespertino

Fonte: Portal Educacional do Estado do Paraná.

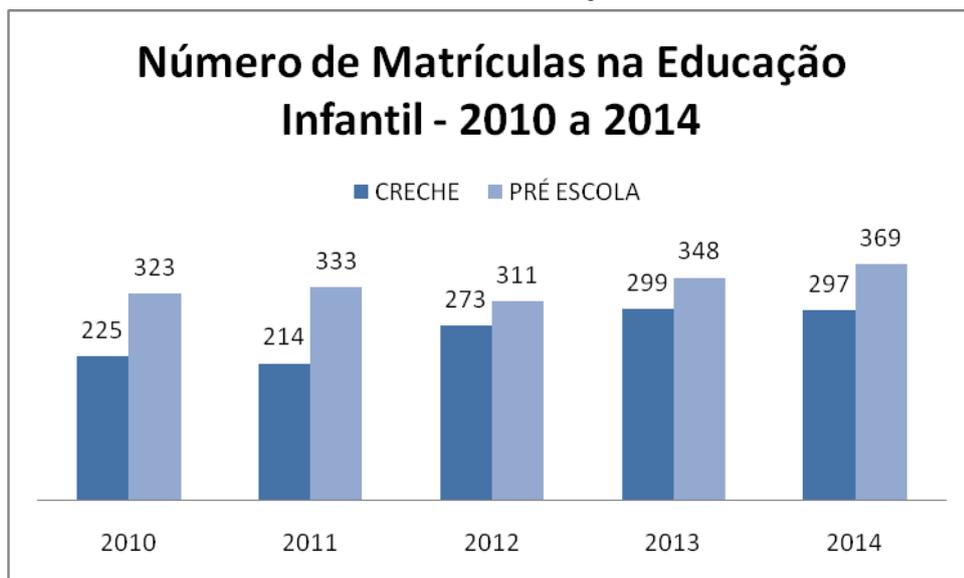
A tabela e o gráfico a seguir ilustram a progressão histórica das matrículas da Educação Infantil, no período compreendido entre os anos de 2010 a 2014.

#### PROGRESSÃO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE 2010 A 2014

Ano	Creche	Pré- Escola	Total
2010	225	323	548
2011	214	333	547
2012	273	311	584
2013	299	348	647
2014	297	369	666

Fonte: Censo Escolar – INEP<sup>2</sup>.

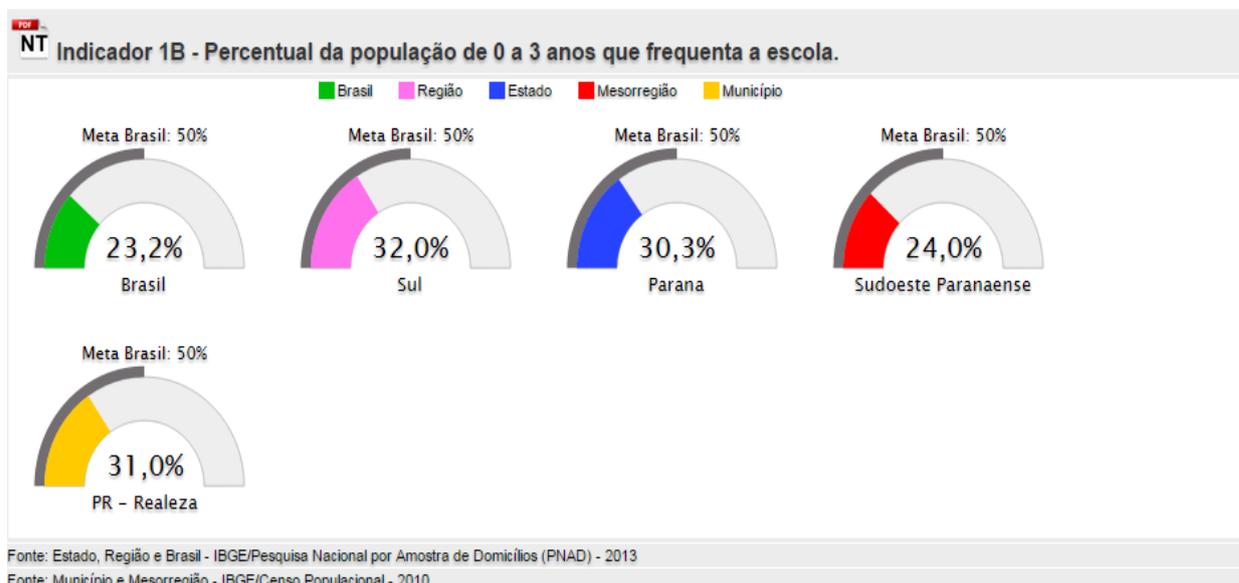
## PROGRESSÃO DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL - 2010 A 2014



Fonte: Censo Escolar - INEP

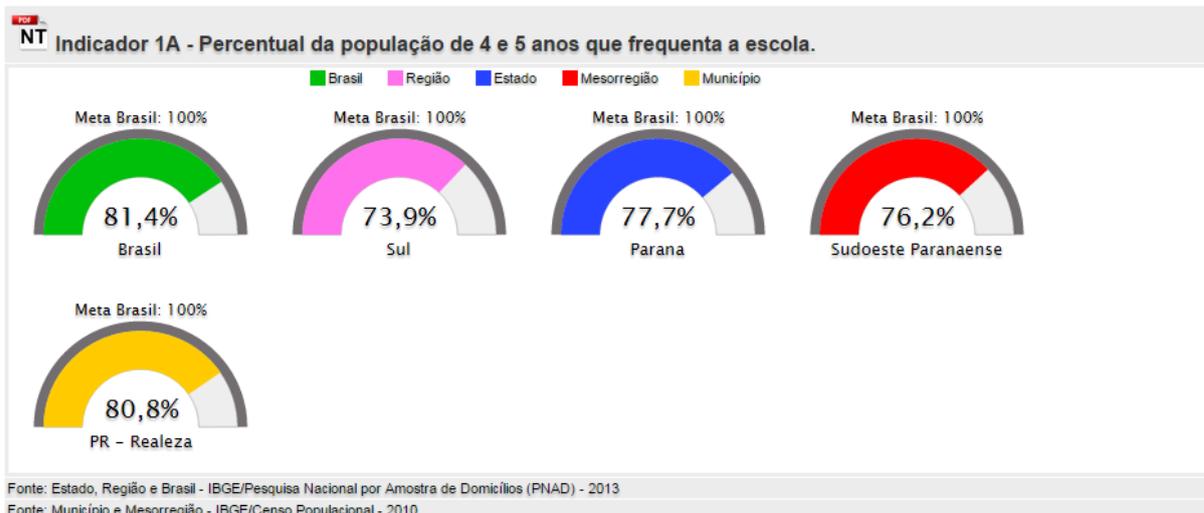
Conforme mostra o gráfico acima, verifica-se que nos últimos 05 anos, que antecedem a 2015, a maior parte das matrículas na Educação Infantil está sob responsabilidade da rede municipal de ensino.

**Figura 09.** Comparativo percentual de crianças de 0 a 3 anos que frequentam a escola, nas diferentes esferas, em referência a meta nacional.

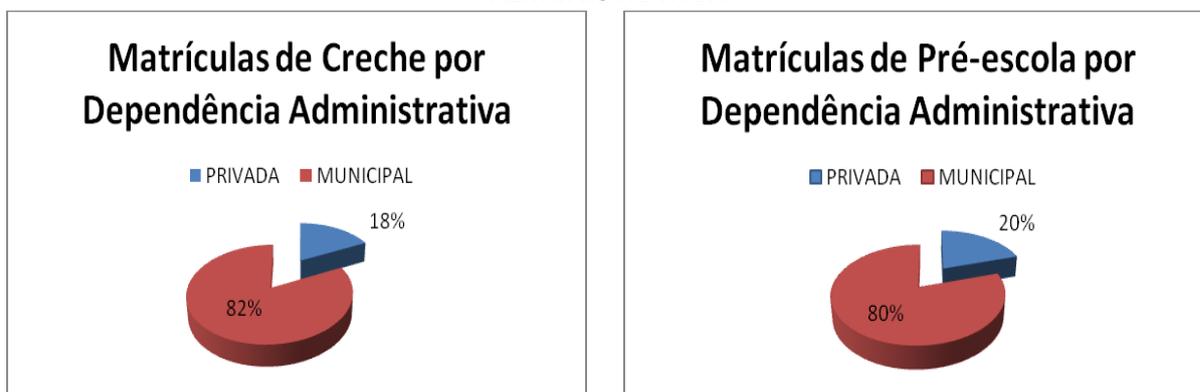


<sup>2</sup> INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

**Figura 10.** Comparativo percentual de crianças de 4 a 5 anos que frequentam a escola, nas diferentes esferas, em referência a meta nacional.



**COMPARATIVOS DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA**



Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

**DEMONSTRATIVO DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO ANO DE 2015**

Matrículas 2015			
	Municipal	Particular	Total
Creche	225	73	298
Pré-escola	342	80	422

Fonte: Levantamento de Informações com as Instituições que ofertam a modalidade de ensino no município, 2015.

**1.1.1.1 Recursos humanos**

Quanto aos profissionais que atuam nesta etapa de ensino, a rede municipal conta com 27 professores concursados, 10 professores contratados e 37 monitores, além do suporte



pedagógico oferecido pelas coordenações em todas as instituições de ensino da Educação Infantil.

### FORMAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, 2014

Cargos / Funções	Formação										TOTAL
	Concluída					Em curso					
	O	EF <sup>3</sup>	EM <sup>4</sup>	MG <sup>5</sup>	LIC <sup>6</sup>	ESP <sup>7</sup>	MG	LIC	ESP	EM	
Direção					1	4			1		6
Coordenação					1	17					18
Supervisão						2					2
Docência (concurso)				2	11	8	1	5			27
Docência (contrato)	1		4	2	1			5			13
Atendentes / Monitores			1				6	28	2		37
Secretário Escolar			2	1	2			2			7
Auxiliar de Secretaria			2								2
Merendeira	4	4	6								14
Auxiliar Serviços Gerais	7	8	18								33
Servente											
Zeladora											
Outras funções			1								1
<b>Total</b>											<b>159</b>

Fonte: Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, 2015.

### FORMAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE PRIVADA DE ENSINO, 2015

Cargos / Funções	Formação										TOTAL
	Concluída					Em curso					
	EFI	EF	EM	MG	LIC	ESP	MG	LIC	ESP	EM	
Direção						2					2
Coordenação						3					3
Docência (concurso)											
Docência (contrato)					7	4					11
Atendentes / Monitores			2		2						4
Secretário Escolar					1	1					2
Auxiliar de Secretaria											
Merendeira											

<sup>3</sup> EF – Ensino Fundamental.

<sup>4</sup> EM – Ensino Médio.

<sup>5</sup> MG – Magistério.

<sup>6</sup> LIC – Licenciatura.

<sup>7</sup> ESP – Especialização.



Auxiliar Serviços Gerais											
Servente	3										3
Zelador(a)	3	1									4
Outras funções											
<b>Total</b>											<b>29</b>

Fonte: Instituições Particulares do município, 2015.

### 1.1.1.2 Gestão escolar

Todas as instituições de ensino da rede municipal, inclusive os CMEIs, instituíram associações para promover a integração da comunidade escolar por meio das APMFs (Associação de Pais, Mestres e Funcionários) e Conselho Escolar.

As Propostas Pedagógicas que direcionam o atendimento da Educação Infantil em período integral para as crianças de 0 a 5 anos, 11 meses e 29 dias, seguem os parâmetros para a organização do número de crianças para cada educador, conforme os critérios estabelecidos na Deliberação 08/06 do Conselho Estadual de Educação do Paraná.

As instituições procuram desenvolver atividades e projetos que possam ampliar as experiências e estimular o interesse das crianças para o conhecimento do ser humano, da natureza e da sociedade, com temas que tratam de: Cidadania, Meio Ambiente, Brincadeiras, Datas Comemorativas, entre outros. E, como forma de apresentar o desenvolvimento dos alunos, as instituições organizam eventos e reuniões pedagógicas para que os pais possam participar do cotidiano escolar de seus filhos.

### 1.1.2 Objetivos e Metas para a Educação Infantil

#### 1.1.2.1 Metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação

a. Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de quatro e cinco anos, e ampliar, até 2018, a oferta da Educação Infantil de forma a atender a cinquenta por cento da população de até três anos.

#### 1.1.2.1 Metas e Estratégias estabelecidas para o Município

a. Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na Pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste Plano Municipal;

b. Promover, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, a regulamentação dos padrões mínimos de infra-estrutura das instituições de Educação Infantil, implementando-os gradativamente, de acordo com a legislação vigente, para que dentro dos próximos dez anos, todas as instituições tenham um funcionamento adequado, prevendo: \*\*\*

i. Mobiliários, equipamentos e materiais pedagógicos adequados;



- ii. Espaço interno com iluminação natural e artificial, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável e esgotamento sanitário;
- iii. Instalações sanitárias adequadas à faixa etária das crianças;
- iv. Ambientes com acessibilidade para o atendimento das crianças portadoras de necessidades especiais;
- v. Instalações adequadas para preparo e serviços de alimentação;
- vi. Ambiente interno e externo com cobertura para o desenvolvimento das atividades, conforme as Diretrizes Curriculares, incluindo o repouso, a expressão livre, o movimento e o brincar;
- vii. Parques infantis com brinquedos adequados à faixa etária;
- viii. Área de lazer e/ou espaço livre com arborização adequado para as crianças dessa faixa etária;
- ix. Estrutura para a implantação de uma biblioteca infantil para cada CMEI;

c. Fortalecer, em regime de colaboração com a união, programa nacional de transporte dos estudantes das escolas da Educação Infantil, moradores da zona rural, bem como ampliar e renovar a frota, garantindo também a acessibilidade aos estudantes com deficiência, a fim de reduzir a evasão e o tempo máximo de seu deslocamento;

d. Construir, durante a vigência deste plano, novas instituições públicas municipais de Educação Infantil, bem como ampliar as já existentes, para atender, progressivamente, a demanda existente, priorizando os bairros com alto índice de população infantil e com baixo poder aquisitivo;\*\*\*

e. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, a promoção da Educação Infantil, por meio:  
\*\*\*<sup>8</sup>

- i. De estratégias que tenham como foco principal o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família;
- ii. Do cumprimento da legislação educacional quanto à organização dos grupos de atendimento na Educação Infantil;
- iii. Da implementação do projeto político pedagógico com a finalidade de efetivar na prática, as propostas contidas neste documento;
- iv. Do fornecimento de materiais pedagógicos e mobiliários próprios à faixa etária atendida;
- v. De uma metodologia que privilegie as atividades lúdicas, onde a criança aprenda com a prática do brincar.

---

<sup>8</sup> (\*\*\*) O cumprimento deste Objetivo/Meta, ao que se refere às instituições que não sejam de responsabilidade do Município, depende dos programas e/ou iniciativa das respectivas mantenedoras.



- f. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, o atendimento em tempo integral e parcial, de acordo com a carga horária estabelecida pela Lei 12.796/2013, às crianças de 4 a 5 anos de idade;
- g. Preservar as especificidades da Educação Infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no Ensino Fundamental;
- h. Garantir, a partir da vigência deste Plano, o atendimento da Educação Infantil na modalidade Jardim e Pré-escola, nos estabelecimentos municipais de ensino, situados na zona rural;
- i. Instituir em regime de colaboração com outras áreas afins – serviços de saúde, varas da infância promotorias, assistência social, conselhos tutelares, instituições de ensino superior públicas ou privadas – uma equipe interprofissional que atenda no processo educativo as dificuldades de aprendizagem, de saúde, de risco e vulnerabilidade social das crianças da Educação Infantil da rede pública municipal;
- j. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, a admissão de professores na Educação Infantil da rede municipal de ensino, mediante concurso público e com formação mínima em nível médio, na modalidade magistério dando-se preferência à admissão de profissionais graduados em curso específico de nível superior;
- k. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, a oferta anual de programas de capacitação/formação continuada específica aos profissionais municipais da Educação Infantil, de forma que os mesmos atendam as necessidades reais e as peculiaridades desta etapa de ensino;
- l. Garantir, a partir da vigência deste Plano, a participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar na elaboração/reformulação da proposta pedagógica e do plano de trabalho anual das instituições de Educação Infantil;
- m. Promover e proporcionar, a partir da aprovação deste Plano, periodicamente, encontros e momentos de integração entre os profissionais que atuam nas turmas de Jardim, Pré-escola e os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
- n. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, a oferta periódica de palestras aos pais dos alunos matriculados nas instituições municipais de Educação Infantil, como forma de integrá-los ao processo educacional;
- o. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, a aplicação dos recursos financeiros na Educação Infantil de acordo com a legislação educacional vigente;

- p. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, a alimentação escolar de qualidade com cardápios e horários apropriados à faixa etária para as crianças atendidas na Educação Infantil da rede municipal de ensino, com acompanhamento de nutricionista; \*<sup>9</sup>
- q. Priorizar o acesso à Educação Infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;
- r. Promover as articulações necessárias, junto ao FNDE/PAR (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Programa de Ações Articuladas), para a efetivação da construção do CMEI Pro Infância – Metodologias Inovadoras, escola de Educação Infantil tipo B, que se encontra inscrito e contemplado no SIMEC (Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle).\*\*\*

## 1.2 Educação Fundamental

O Ensino Fundamental, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) é obrigatório e gratuito na Escola Pública, sendo destinado à crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos de idade, tendo como objetivo a formação básica do cidadão, mediante a capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura e da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; o fortalecimento de vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.



### 1.2.1 Diagnóstico

Com os recursos do FUNDEB (Fundo de Manutenção do Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) e outros recursos da educação destinados ao Ensino Fundamental, bem como os recursos dos programas específicos, do salário-educação e recursos próprios do Município, que ultrapassam o percentual mínimo estabelecido na Constituição Federal, o Município de Realeza/PR tem atendido todo o Ensino Fundamental

<sup>9</sup> (\*) O cumprimento deste Objetivo/Meta depende da colaboração da União.



matriculando todos os alunos na faixa etária de 6 a 14 anos, buscando sempre a melhoria da qualidade do ensino.

O Município possui 14 instituições que ofertam o Ensino Fundamental. Destas, 8 pertencem à rede municipal, 4 à rede estadual e 2 à rede privada de ensino.

#### INSTITUIÇÕES QUE OFERTAM O ENSINO FUNDAMENTAL EM 2015

Denominação	Organização do Ensino Fundamental	Período
Escola Municipal Independência	Série	Integral
Escola Municipal Juscelino Kubitschek	Série	Matutino / Vespertino
Escola Municipal Menino Jesus	Série	Integral
Escola Municipal Modesto Palma	Série	Vespertino
Escola Municipal Santo Antônio	Série	Integral
Escola Munic. Universidade da Criança	Série	Integral
Escola Municipal Vereador Guerino Lotici	Série	Vespertino
Escola Municipal 24 de Junho	Série	Matutino / Vespertino
Escola Estadual Dom Carlos Eduardo	Série	Matutino / Vespertino
Escola Estadual Saltinho	Série	Matutino
Colégio Estadual Flor da Serra	Série	Matutino
Colégio Estadual João Paulo II	Série	Matutino / Vespertino
Escola Tesouro Encantado	Série	Matutino / Vespertino
Colégio Real	Série	Matutino / Vespertino

Fonte: Portal Educacional do Estado do Paraná.

##### 1.2.1.1 Organização

A rede municipal de ensino oferta o Ensino Fundamental dos anos iniciais, organizado com base no Ensino Fundamental de nove anos, implantado em 2007. A organização é em regime seriado, sendo que, os alunos do 1º ano são aprovados automaticamente, desde que possuam a frequência mínima exigida de 75%, conforme a Lei 9.394/96.

Nas Escolas Municipais Independência, Menino Jesus, Universidade da Criança e Santo Antônio, foi implantado atendimento em tempo integral, ou seja, os alunos permanecem na escola durante um período de nove horas e meia (das 7h30min às 17h00). Nessas escolas são ofertadas, além do ensino regular, atividades complementares como: oficinas de teatro, canto, dança, musicalização, artesanato, jogos diversos de recreação e matemática, apoio pedagógico, futebol, voleibol, arte cênica, patinação, informática e atividades da vida diária.

A Escola Municipal do Campo Modesto de Palma e a Escola Municipal do Campo Vereador Guerino Lotici tem adesão ao Programa Mais Educação ofertando, no turno contrário, atividades complementares aos alunos.

A Escola Municipal Juscelino Kubitschek e a Escola Municipal 24 de Junho, oferecem ensino regular em tempo parcial.



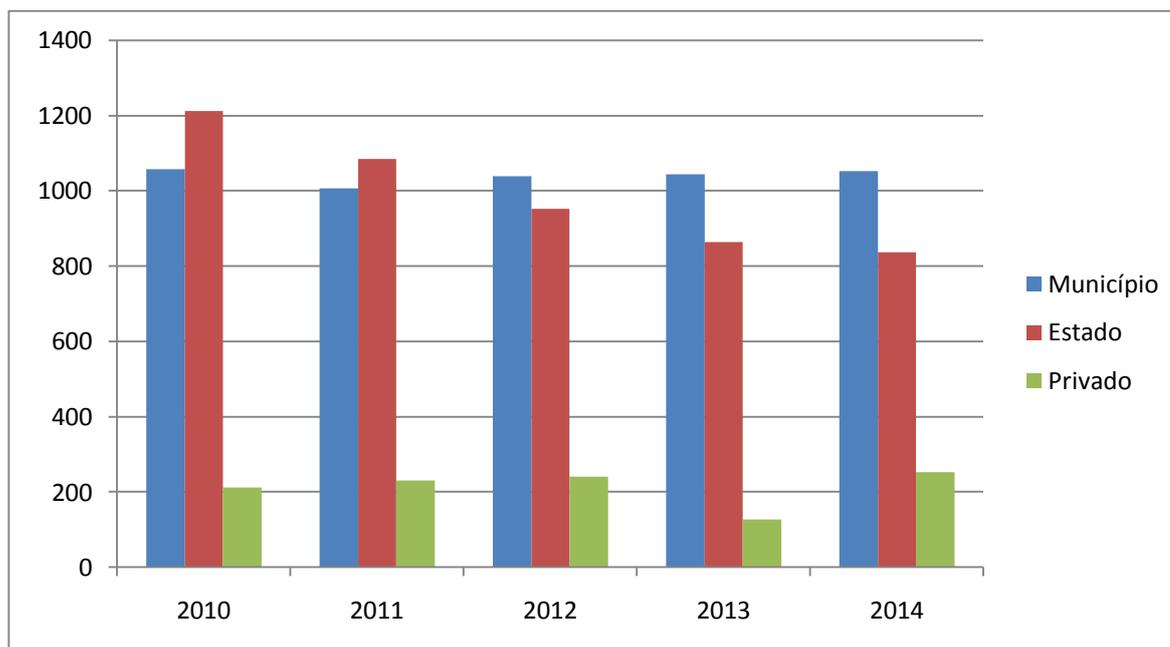
Na rede estadual é ofertado o Ensino Fundamental dos anos finais, sendo distribuídos em turmas de 6º ao 9º ano.

Na rede privada, o Ensino Fundamental encontra-se organizado da mesma forma que na rede municipal de ensino.

### 1.2.1.2 Matrículas

A projeção histórica do número de matrículas do Ensino Fundamental mostra que, em 2014, houve um considerável aumento no número de matrículas na rede municipal (37%) e na rede estadual de ensino (20%).

**MATRÍCULAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE 2010 A 2014**



Fonte: Censo Escolar – INEP.

Ao município compreende o ensino fundamental de 1º a 5º ano. Ao estado compreendem as matrículas do Ensino Fundamental das séries finais, 6º a 9º ano, e a esfera particular ao Ensino Fundamental como um todo.

### 1.2.1.3 Recursos humanos

Observa-se que há um percentual elevado de profissionais da educação com formação em nível superior (91%) e em especial com pós-graduação *lato sensu* (58%).

No entanto, a maior lacuna quanto à formação profissional, ainda é a dos profissionais que trabalham nos serviços de apoio como as merendeiras e auxiliares de serviços gerais, onde mais de 54% não possuem o Ensino Fundamental completo.

As tabelas a seguir sintetizam estes dados mostrando a formação dos recursos humanos das redes municipal (rural e urbana), estadual (rural e urbana) e privada.

**RECURSOS HUMANOS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DA ZONA RURAL, 2014<sup>10</sup>**

Cargos / Funções	Formação											Total
	Concluída						Em curso					
	EFI	EF	EM	MG	LIC	ESP	EF	EM	MG	LIC	ESP	
Direção	-	-	-	-	-	02	-	-	-	-	-	02
Coordenação	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	01
Docência (concurso)	-	-	-	-	01	12	-	-	-	02	-	15
Secretário Escolar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02	-	02
Auxiliar Administrativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Merendeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Auxiliar Serviços Gerais	-	-	07	-	-	-	-	-	-	-	-	07
<b>Total</b>	-	-	<b>07</b>	-	<b>01</b>	<b>15</b>	-	-	-	<b>04</b>	-	<b>27</b>

Fonte: Setor Administrativo dos estabelecimentos de ensino, 2015.

**RECURSOS HUMANOS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DA ZONA URBANA, 2015**

Cargos / Funções	Formação									Total
	Concluída						Em curso			
	EFI	EF	EM	MG	LIC	ESP	MG	LIC	ESP	
Direção	-	-	-	-	-	06	-	-	-	06
Coordenação	-	-	-	-	-	09	-	-	-	09
Docência (concurso)	-	-	-	-	07	64	-	-	-	71
Docência (contrato)	-	-	-	01	02	-	-	-	-	03
Atendentes / Monitores	-	-	-	01	05	01	-	17	04	28
Secretário Escolar	-	-	02	01	01	-	-	02	-	06
Auxiliar de Secretaria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Merendeira	01	03	10	-	-	-	-	-	-	14
Auxiliar Serviços Gerais	04	08	10	-	-	-	-	-	-	22
<b>Total</b>	<b>05</b>	<b>11</b>	<b>20</b>	<b>03</b>	<b>15</b>	<b>80</b>	-	<b>19</b>	<b>04</b>	<b>159</b>

Fonte: Setor Administrativo dos estabelecimentos de ensino, 2015.

**RECURSOS HUMANOS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE ESTADUAL DA ZONA RURAL, 2015**

Cargos / Funções	Formação											Total
	Concluída						Em curso					
	EFI	EF	EM	MG	LIC	ESP	EF	EM	MG	LIC	ESP	
Direção	-	-	-	-	-	02	-	-	-	-	-	02
Orientação	-	-	-	-	01	01	-	-	-	-	-	02
Docência (concurso)	-	-	-	-	07	37	-	-	-	-	-	44
Docência (contrato)	-	-	-	-	02	-	-	-	-	-	-	02

<sup>10</sup> O significado das siglas apresentadas nas tabelas acima está disposto na página 30 deste documento.



Secretário escolar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Merendeira	-	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-	02
Auxiliar Serviços Gerais	-	-	02	-	-	-	-	-	-	-	-	02
<b>Total</b>	-	-	<b>03</b>	-	<b>10</b>	<b>40</b>	-	-	-	-	-	<b>54</b>

Fonte: Setor Administrativo dos estabelecimentos de ensino, 2015.

#### RECURSOS HUMANOS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE ESTADUAL DA ZONA URBANA, 2015

Cargos /Funções	Formação											Total
	Concluída						Em curso					
	EFI	EF	EM	MG	LIC	ESP	EF	EM	MG	LIC	ESP	
Direção	-	-	-	-	01	01	-	-	-	-	-	02
Vice-Direção	-	-	-	-	-	02	-	-	-	-	-	02
Coordenação	-	-	-	-	01	05	-	-	-	-	-	06
Docência (concurso)	-	-	-	-	-	48	-	-	-	-	-	48
Docência (contrato)	-	-	-	01	02	09	-	-	-	-	-	12
Secretário Escolar	-	-	-	-	-	02	-	-	-	-	-	02
Auxiliar de Secretaria	-	-	-	-	02	-	-	-	-	-	-	02
Auxiliar Administrativo	-	-	01	-	-	02	-	-	-	01	-	04
Auxiliar de Biblioteca	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	01
Merendeira	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01
Auxiliar Serviços Gerais	04	03	01	01	-	-	-	01	-	-	-	10
<b>Total</b>	<b>05</b>	<b>03</b>	<b>02</b>	<b>02</b>	<b>06</b>	<b>70</b>	-	<b>01</b>	-	<b>01</b>	-	<b>90</b>

Fonte: Setor Administrativo dos estabelecimentos de ensino, 2015.

#### RECURSOS HUMANOS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PRIVADA, 2015

Cargos /Funções	Formação												Total
	Concluída							Em curso					
	EFI	EF	EM	MG	LIC	ESP	MES	EF	EM	MG	LIC	ESP	
Direção	-	-	-	-	-	02	-	-	-	-	-	-	02
Coordenação	-	-	-	-	-	03	-	-	-	-	-	-	03
Docência	-	-	-	-	20	36	04	-	-	-	-	-	60
Atendentes / Monitores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Auxiliar de Secretaria	-	-	-	-	02	-	-	-	-	-	-	-	02
Serviços Gerais	-	-	04	-	-	-	-	-	-	-	-	-	04
<b>Total</b>	-	-	<b>04</b>	-	<b>22</b>	<b>41</b>	<b>04</b>	-	-	-	-	-	<b>71</b>

Fonte: Setor Administrativo dos estabelecimentos de ensino, 2015.

#### 1.2.1.4 Índices de qualidade do ensino

No ano de 2013 foi implantada a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), aplicada pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) e que está direcionada para as



unidades escolares com estudantes matriculados no 3º ano do Ensino Fundamental, fase final do Ciclo de Alfabetização e insere-se no contexto de atenção voltada à alfabetização.

A Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA produzirá indicadores que contribuam para o processo de alfabetização nas escolas públicas brasileiras. Para tanto, assume-se uma avaliação para além da aplicação do teste de desempenho ao estudante, propondo-se, também, uma análise das condições de escolaridade que esse estudante teve, ou não, para desenvolver esses saberes.

Assim, a estrutura dessa avaliação envolve o uso de instrumentos variados, cujos objetivos são: aferir o nível de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e alfabetização em Matemática das crianças regularmente matriculadas no 3º ano do Ensino Fundamental e as condições de oferta das instituições às quais estão vinculadas.

Além das avaliações internas que as instituições de ensino empregam para medir o desempenho de seus alunos, as escolas públicas do Ensino Fundamental, utilizam, desde 2005, um instrumento que permite que as equipes escolares revejam os seus projetos pedagógicos e que os docentes possam definir mais claramente metas de aprendizagem e objetivos de ensino. Este instrumento é a Prova Brasil, realizada pelo INEP com o objetivo de avaliar a competência leitora dos alunos dos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, na Matemática e na Língua Portuguesa, focalizando habilidades consideradas desejáveis na formação de um leitor competente.

Observando a tabela a seguir, verifica-se que os alunos do Ensino Fundamental da rede municipal, conseguiram melhorar os resultados na Prova Brasil de Língua Portuguesa em comparação com o obtido em 2011, com uma queda na nota relacionada aos conhecimentos matemáticos.

#### RESULTADOS OBTIDOS PELOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA PROVA BRASIL, 2011-2013

Redes de Ensino	2011		2013	
	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa
Municipal	263,20	229,77	261,27	236,77
Estadual	268,57	255,76	271,48	265,31

Fonte: INEP.

A consolidação dos dados sobre a aprovação escolar e as médias de desempenho destes alunos na avaliação da Prova Brasil, resultam no indicador da qualidade da educação básica brasileira, denominado de IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Com uma média de aprovação de 94,7% dos alunos do Ensino Fundamental dos anos iniciais e 96,0% dos alunos do Ensino Fundamental dos anos finais e as notas da Prova Brasil de 2013, as instituições de ensino da rede municipal e estadual de ensino atingiram índices surpreendentes no IDEB. Na tabela a seguir é possível verificar que as médias ficaram acima da média nacional.

**COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS PELOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE REALEZA NO IDEB 2013**

Ensino Fundamental	IDEB 2013 Realeza	IDEB 2013 Estado	IDEB 2013 Nacional
Anos Iniciais – Rede Municipal	6,9	5,2	4,9
Anos Finais – Rede Estadual	4,1	5,4	4,0

Fonte: INEP.

**RESULTADOS OBTIDOS PELOS ALUNOS NO IDEB, 2009-2013**

Instituições de Ensino	IDEB 2009	IDEB 2011	IDEB 2013	Percentuais de crescimento	Meta Projetada para 2015
EM <sup>11</sup> Independência	5,0	-	6,2	20%	6,5
EM Juscelino Kubitschek	6,9	6,9	7,4	6,7%	6,4
EM Menino Jesus	6,4	-	7,3	12%	6,0
EM 24 de Junho	6,3	6,8	6,8	0%	5,9
EE <sup>12</sup> Dom Carlos Eduardo	5,3	4,8	5,6	12%	5,5
EE Flor da Serra	5,0	5,2	5,5	5,4%	5,7
CE <sup>13</sup> João Paulo II	4,6	4,4	5,0	12%	4,7

Fonte: INEP.

**1.2.1.5 Gestão escolar**

Quanto à gestão na rede municipal de ensino, pode-se destacar:

- Todas as escolas realizam ações conjuntas com órgãos governamentais da área de saúde e assistência social, colaborando com o atendimento das crianças em situação de risco. Desenvolvem ações afirmativas de combate ao racismo, tolerância religiosa, igualdade de gênero, ações de reforço ao aprendizado dos alunos, reflexões de aprendizagens pelos professores, monitoramento dos alunos evadidos, inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas salas regulares, trabalho integrado com o Conselho Tutelar e, de acordo com dados coletados do desempenho de alunos, desenvolve-se o planejamento pedagógico. A comunidade utiliza os espaços das escolas para suas atividades, tanto para programas culturais como esportivos;
- 71% das escolas oferecem, além do controle de frequência, ações de acompanhamento dos alunos beneficiados pelos programas de renda mínima;
- 57% das escolas disponibilizam aos alunos o acesso às aulas de informática;
- Em 50% das escolas, há uma boa relação com a comunidade externa;
- Em nenhuma das escolas o colegiado escolar participa ativamente na construção do planejamento escolar.

<sup>11</sup> EM - Escola Municipal.

<sup>12</sup> EE – Escola Estadual.

<sup>13</sup> CE – Colégio Estadual



Na rede estadual de ensino, verifica-se que:

- Todas as escolas desenvolvem ações conjuntas de combate ao racismo, à tolerância religiosa e igualdade de gênero; oferecem programas culturais e esportivos; permitem o acesso dos alunos à leitura; oferecem ambiente adaptado para permitir o acesso das pessoas com necessidades educacionais especiais; desenvolvem ações conjuntas com órgãos governamentais da área de saúde; desempenham suas atividades de maneira integrada com o Conselho Tutelar e o Conselho Escolar; destinam parte do horário de trabalho dos professores para ações de reflexão sobre a aprendizagem dos alunos; oferecem aos alunos acesso à informática; realizam controle de frequência; acompanham os alunos beneficiados pelos programas de renda mínima e realizam ações de reforço ao aprendizado dos alunos;
- 75% das escolas realizam o monitoramento dos alunos evadidos;
- 25% das escolas possuem organização de grêmios estudantis, grupos culturais ou outras formas autônomas de associações;
- A comunidade utiliza regularmente os espaços da instituição para suas atividades e os professores que atuam nas salas regulares com alunos portadores de necessidades educacionais especiais participam de capacitação continuada específica.

Na rede privada, as instituições de ensino desenvolvem ações afirmativas de combate ao racismo, à tolerância religiosa, igualdade de gênero; oferecem reforço na aprendizagem dos alunos; os alunos participam de grupos culturais e de outras associações; possuem atendimento aos alunos com necessidades especiais nas classes regulares; os alunos participam de atividades esportivas e são estimulados à leitura em sua própria biblioteca ou em espaço equivalente. No entanto, verifica-se que em nenhuma das escolas, a comunidade utiliza os espaços para as suas atividades, não oferecem aprendizado de informática aos alunos e trabalhadores em educação e, como as famílias possuem condições financeiras satisfatórias não há alunos beneficiados nos programas de renda mínima.

## 1.2.2 Objetivos e Metas para a Educação Fundamental

### 1.2.2.1 Metas Estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação

- a. Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos, e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa de ensino recomendada, até o último ano de vigência deste PNE;
- b. Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) da educação básica;
- c. Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade;
- d. Atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB:

2013	2015	2017	2019	2021
4,9	5,0	5,5	5,7	6,0



### 1.2.2.2 Metas e Estratégias para o Município

- a. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, a universalização do atendimento a todo o alunado do Ensino Fundamental, garantindo o acesso e permanência, com sucesso, de todas as crianças na escola; \*\*\*<sup>14</sup>
- b. Assegurar, a partir da aprovação deste Plano, as adequações necessárias para o atendimento do Ensino Fundamental de nove anos, de acordo com as normas do Conselho Estadual de Educação do Paraná; \*\*\*
- c. Garantir, a partir da vigência deste Plano, o atendimento em tempo integral realizado nas Escolas Municipais Santo Antônio, Menino Jesus, Universidade da Criança e Independência;
- d. Estabelecer, a partir da aprovação deste Plano, políticas educacionais que garantam aos alunos do Ensino Fundamental: \*\*\*
- i. Estratégias que tenham como foco principal o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família;
  - ii. A alfabetização de 100% das crianças de 6 e 7 anos;
  - iii. O acompanhamento sistemático do desempenho escolar dos alunos;
  - iv. O combate à repetência com a expansão de programas de reforço escolar e contra turno escolar;
  - v. O combate à evasão pelo acompanhamento individual da não-frequência do aluno;
  - vi. A matrícula do aluno na escola mais próxima de sua casa, conforme a disponibilização de vagas;
  - vii. A permanência do aluno na escola para além da jornada regular;
  - viii. Um currículo escolar que os instrumentalize com os conhecimentos básicos necessários a fim de que construam competências que atendam as exigências do mundo moderno (ler, escrever, interpretar e operar cálculos básicos de matemática);
  - ix. Um currículo escolar que contemple projetos pedagógicos com foco na aprendizagem e alternativas inovadoras com previsão do atendimento às especificidades e às diversidades culturais;
  - x. Um ensino de qualidade, observando as diretrizes curriculares, as especificidades de aprendizagem e as características do Município;

<sup>14</sup> (\*) O cumprimento deste Objetivo/Meta depende da colaboração da União.

(\*\*) O cumprimento deste Objetivo/Meta depende da colaboração do Estado.

(\*\*\*) O cumprimento deste Objetivo/Meta, ao que se refere às instituições que não sejam de responsabilidade do Município, depende dos programas e/ou iniciativa das respectivas mantenedoras.



xi. O seu pleno desenvolvimento e preparo para o exercício da cidadania, com base nos princípios de liberdade e solidariedade.

e. Implantar, a partir da aprovação deste Plano, em até um ano, um sistema próprio de avaliação para diagnosticar o nível de desempenho dos alunos da rede municipal de ensino e desenvolver ações direcionadas à superação das dificuldades apresentadas, com o objetivo de melhorar a qualidade de ensino;

f. Garantir, a partir da aprovação deste Plano, aos alunos da rede municipal de ensino, com defasagem no processo de aprendizagem, programas e/ou medidas de acompanhamento psicopedagógico e pedagógico, orientados pela Secretaria Municipal de Educação;

g. Apoiar, a partir da vigência deste Plano, permanentemente, os Conselhos Escolares, estabelecendo mecanismos de participação da família dos educandos no cotidiano das instituições, com a finalidade de monitorar e atingir as metas estabelecidas neste Plano Municipal de Educação e no Programa Nacional “Compromisso Todos pela Educação”. \*\*\*

h. Garantir, a partir da vigência deste Plano, a participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar, na revisão permanente do Projeto Político-Pedagógico e do Regimento Escolar das instituições de ensino da rede municipal, com observância das Diretrizes Curriculares Nacionais e da proposta curricular em vigência para o Ensino Fundamental.

i. Garantir, a partir da vigência deste Plano, a continuidade de um currículo diferenciado para as escolas da zona rural, contemplando a valorização da vida no campo e a devida capacitação dos profissionais destas escolas para a efetivação do currículo proposto. \*\*\*

j. Garantir, a partir da vigência deste Plano, o acesso e a permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais nas turmas do Ensino Fundamental regular, prevendo: \*\*\*

- i. A inclusão deste atendimento no Projeto Político-Pedagógico;
- ii. Recursos físicos;
- iii. Recursos pedagógicos;
- iv. Recursos humanos específicos.

k. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, na proposta curricular do Ensino Fundamental da rede municipal o Programa de Educação Ambiental, desenvolvido como prática educativa integrada, contínua e permanente;

l. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, na proposta pedagógica das instituições de Ensino Fundamental da rede municipal, o programa de prevenção às drogas e de valorização da vida buscando parcerias para a manutenção do programa;

m. Garantir, a partir da vigência deste Plano, a manutenção e a ampliação do ensino da língua estrangeira no currículo das escolas da rede municipal de ensino;



n. Apoiar, a partir da vigência deste Plano, a manutenção do Programa Nacional do Livro Didático, criado pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura), assegurando que sua escolha seja realizada com o envolvimento de todos os professores do Ensino Fundamental. \*/\*\*\*

o. Articular, a partir da vigência deste Plano, junto ao Ministério da Educação, a revisão dos critérios estabelecidos para a distribuição do livro didático, de maneira que todos os alunos possam receber estes livros.

p. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, no calendário escolar das instituições de Ensino Fundamental, as reuniões com o Conselho de Classe. \*\*\*

q. Garantir, a partir da vigência deste Plano, que os professores que atuam como regentes de classe nas instituições de Ensino Fundamental da rede municipal sejam concursados, de acordo com as normas da Secretaria Municipal de Educação e com formação de acordo com a legislação educacional vigente.

r. Proporcionar, a partir da vigência deste Plano, cursos de capacitação específicos aos professores alfabetizadores da rede municipal de ensino, a fim de instrumentalizá-los para garantirem aos educandos do Ensino Fundamental dos anos iniciais, o domínio da leitura e da escrita.

s. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, a oferta de merenda escolar de qualidade para os alunos do Ensino Fundamental da rede municipal, com acompanhamento de nutricionista. \*

### 1.3 Ensino Médio

Coerente com a LDB, o Ensino Médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, tem como finalidades a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos, bem como a preparação básica para o trabalho e a cidadania e o aprimoramento do educando como pessoa humana, para continuar aprendendo.

#### 1.3.1 Diagnóstico

O Ensino Médio é uma etapa na formação profissional que tem a ver com o desenvolvimento econômico e social do município. Este nível de ensino é de responsabilidade do estado e conta com o Colégio Estadual Doze de Novembro, Colégio Estadual do Campo de Flor da Serra, Colégio Estadual João Paulo II, as quais são instituições públicas, e pela instituição privada Colégio Real.

O Colégio Estadual Doze de Novembro oferta, além do Ensino Médio regular, o Ensino Médio profissionalizante por meio do curso Técnico em Administração, bem como pelo Técnico em Informática. Além destes, possui a oferta do curso integrado e subsequente.

O Colégio Estadual do Campo de Flor da Serra, localizado a 19 km do centro do município, no Distrito de Flor da Serra, oferta o Ensino Médio regular, que teve início no ano de 2008.



O Colégio Real oferta o curso médio regular.

Por fim, o Colégio Estadual João Paulo II, no ano de 2012, começou a ofertar o ensino médio regular e teve em 2014 a sua primeira turma formada.

Os alunos atendidos nesta etapa de ensino são oriundos da zona urbana e rural, filhos de trabalhadores(as) do campo, de trabalhadores do setor terciário, comerciantes, funcionários públicos, trabalhadores autônomos, profissionais liberais, empresários, diaristas, empregados e empregadas domésticas, arrendatários e trabalhadores volantes. O nível sócio-econômico das famílias é diversificado, com prevalência da média de três salários mínimos. Em relação à situação familiar, constata-se que a maioria dos pais e mães apresenta baixo nível de escolaridade, o que reflete na qualidade do desempenho de seus filhos.

O desafio do estado é prover as condições básicas e do município apoiar a demanda procurando ampliar as demandas alternativas de atendimento aos grupos menos favorecidos da população que estão chegando ao ensino médio.

#### MATRÍCULAS DO ENSINO MÉDIO REGULAR E PROFISSIONALIZANTE

ANO	Matrículas no Ensino Médio Regular	Matrículas no Ensino Médio Profissional - Nível Técnico
2010	749	80
2011	788	76
2012	877	26
2013	805	51
2014	875	30

Fonte: INEP.

#### PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NAS DIFERENTES ESFERAS NO ENSINO MÉDIO REGULAR

Ano	Instituição Privada	Instituição Pública
2010	5,7%	94,3%
2011	6,6%	93,4%
2012	4,9%	95,1%
2013	5%	95%
2014	4,7%	95,3%

Fonte: INEP.

As avaliações do rendimento escolar são realizadas de forma diversificada, abrangendo a avaliação escrita, a avaliação oral, a pesquisa, a elaboração e a participação em seminários e projetos elaborados pelos professores.

O aluno é aprovado se obtiver média final mínima 6 (seis), composta pelas avaliações parciais de cada disciplina e com frequência mínima de 75% em cada disciplina. É considerado reprovado o aluno que obtiver aproveitamento inferior a 6 (seis) e frequência inferior a 75%, em cada disciplina, resultante da média aritmética dos bimestres. A avaliação é registrada em documentos próprios, a fim de que seja assegurada a regularidade e autenticidade da vida escolar dos alunos matriculados.



Quanto aos indicadores de qualidade, as questões que mais têm preocupado os profissionais ligados ao ensino, referem-se aos altos índices de evasão, reprovação e transferência escolar, além do grande número de alunos com dificuldades de aprendizagem. As disciplinas que apresentam o maior índice de reprovação são Matemática, Química e Física.

Esses índices problemáticos estão relacionados à dificuldade dos alunos em concentrar-se nos conteúdos repassados na sala de aula, na falta de base dos conteúdos nas séries anteriores, no próprio desinteresse dos alunos, na falta de incentivo dos pais e nos métodos de ensino inadequados. Além destes fatores, também são elencados: o nível socioeconômico da população; as diferenças culturais e/ou sociais; fatores intra-escolares (currículo, programa, sistemas de avaliação, relação professor/aluno) e os problemas físicos e/ou sensoriais (déficits auditivos ou visuais) apresentados pelos alunos.

Frente a esses problemas, os gestores e os profissionais da educação procuram orientar os pais e adotar estratégias educacionais que possam auxiliar o aluno no desenvolvimento escolar. Também, são criados espaços permanentes de discussão, como reuniões para professores e funcionários, autonomia que se expressa na qualificação contínua para buscar alternativas tanto pedagógicas quanto administrativas.

A contribuição dos pais e dos alunos ocorre através de reuniões com abordagens de temas referentes à ação educativa. A partir das informações obtidas há a integração e o comprometimento família-escola que acontece num sentido diferente ao processo educativo voltado à aprendizagem dos alunos, à construção da cidadania e à transformação da escola no espaço de aprendizado para a vida.

A representatividade da comunidade escolar se faz pelos diferentes segmentos: pais de alunos, professores e funcionários representados pela APMF; pelos representantes de turma; dos professores no Conselho de Classe e pelos diferentes segmentos da escola no Conselho Escolar, que contribuem significativamente a partir da compreensão das suas atribuições e visualizam resultados positivos na aprendizagem dos alunos, na conservação física do ambiente escolar e sua melhoria; na execução de projetos pedagógicos e na aplicação de recursos financeiros provindos da esfera pública ou através de promoções.

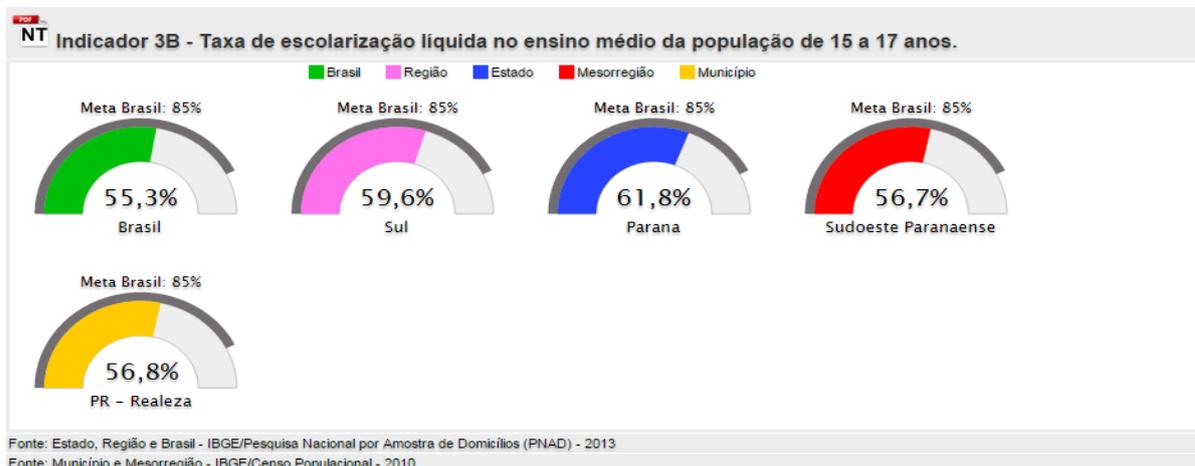
Não se pode falar em gestão escolar do Ensino Médio sem fazer referência ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), já que sob a sua realização algumas importantes ações gestoras são iniciadas ao longo do processo educacional.

O exame permite aos alunos realizar uma auto-avaliação dos conhecimentos e das habilidades adquiridas ao longo da Educação Básica. Além disso, serve para orientar as escolhas futuras em continuidade aos estudos e participação no mercado de trabalho.

Mais do que concluir o Ensino Médio, a expectativa para mais de 85% dos alunos é conseguir ingressar no ensino superior ou conquistar uma vaga no mercado de trabalho. Os cursos superiores de maior interesse apontados por estes alunos são: Administração de Empresas, Direito, Medicina, Agronomia e Engenharia Civil. Para uma minoria, em torno de 8%, a escolha recai nos cursos profissionalizantes, como Informática, Enfermagem, Técnico Agrícola e Magistério.

As prioridades e melhorias apontadas pelos alunos com relação ao Ensino Médio dizem respeito a: oferecer material didático mais completo e atualizado; aulas de espanhol, música, inglês e informática; conteúdos voltados para o vestibular; aulas práticas nas disciplinas de Química e Biologia e implementação de projetos voltados ao esporte, teatro, informática e orientação vocacional.

**Figura 11.** Taxa de Escolarização no Ensino Médio da População de 15 a 17 anos.



Pode-se observar através do gráfico acima, que o município de Realeza está acima da média em nível de país e do sudoeste paranaense, porém 4,7% abaixo da média da região sul e 8,1% abaixo da média do estado.

### 1.3.2 Objetivos e Metas para o Ensino Médio

#### 1.3.2.1 Metas Estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação

- a. Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento);
- b. Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

#### 1.3.2.2 Metas e Estratégias para o Município

- I. Firmar parcerias, a partir da vigência deste Plano, com as instituições de Ensino Médio para, em conjunto, estabelecer mecanismos que visem:
  - i. O desenvolvimento de programas de combate às drogas e à violência;
  - ii. O desenvolvimento de projetos voltados ao meio ambiente e ao esporte;
  - iii. A promoção de palestras para pais e comunidade em geral, com temas que abordem valores éticos, morais e sociais contribuindo desta forma para a melhoria da convivência em sociedade;
  - iv. O desenvolvimento de projetos de orientação vocacional.



- b. Apoiar e incentivar, a partir da vigência deste Plano, o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular;
- c. Assegurar, em regime de colaboração com o Estado e/ou União, a oferta de transporte escolar aos alunos do Ensino Médio, de acordo com os critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- d. Articular, em parceria com as instituições de Ensino Médio, o desenvolvimento, a implementação e a continuidade de projetos como: CELEM e Informática;
- e. Incentivar, a partir da vigência deste Plano, projetos e atividades esportivas diversas;
- f. Assegurar, em regime de colaboração com o Estado e/ou União, a continuidade do PACTO/Ensino Médio;
- g. Apoiar, a partir da vigência deste Plano, a manutenção dos órgãos colegiados das instituições de Ensino Médio do Município;
- h. Incentivar, a partir da vigência deste Plano, a participação dos docentes das instituições de Ensino Médio, nas palestras, seminários e/ou outros eventos educacionais organizados pela Secretaria Municipal de Educação;
- i. Incentivar, a partir da vigência deste Plano, a participação dos alunos do Ensino Médio no ENEM, por meio da oferta de transporte para o deslocamento dos mesmos;
- j. Garantir a oferta do ensino médio em escolas do campo com metodologias e estratégias adequadas à realidade das diferentes populações rurais;
- k. Estimular a diversificação curricular no ensino médio, integrando a formação voltada à preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relação entre teoria e prática, nos eixos ciência, trabalho, tecnologia e cultura e cidadania, adequando à organização do tempo e do espaço pedagógico;
- l. Apoiar os centros familiares de formação por alternância na oferta de cursos de Ensino Médio integrado à Educação Profissional na perspectiva da agricultura familiar, agropecuária, meio ambiente e outras áreas de interesse dos segmentos populacionais considerados;
- m. Promover busca ativa de jovens que estão fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude;
- n. Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens, adultos e idosos na forma integrada à educação profissional no Ensino Médio;



o. Desenvolver e implementar programas e ações que contemplem a correção de fluxo, o acompanhamento pedagógico individualizado e a recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes do Ensino Médio com rendimento escolar defasado;

p. Garantir o acesso e a permanência dos estudantes do Ensino Médio, com possibilidade de ingresso à universidade pública e gratuita;

q. Reduzir as desigualdades étnico-raciais no acesso e permanência na educação profissional de nível médio, na forma da lei.



## 2 – ENSINO SUPERIOR

### 2.1 Educação Superior

A LDB preceitua ser o Ensino Superior Público de competência do Poder Público Federal. No entanto, ao oferecer parte da Educação Básica o município reconhece seu papel e participação na trajetória da escolaridade da qualificação em níveis maiores de formação e do aperfeiçoamento profissional de seus cidadãos.

O Ensino Superior profissionaliza e capacita o sujeito a ocupar um espaço de respeito na sociedade, possibilitando um maior acesso ao universo do mercado de trabalho, de forma mais equacionada.

Segundo a Lei nº. 9394/96, a Educação Superior tem como uma de suas finalidades estimular o conhecimento dos problemas existentes, em especial, no contexto nacional e regional, bem como prestar serviços especializados à comunidade estabelecendo com ela uma relação de reciprocidade.

Neste sentido, a finalidade precípua do Ensino Superior é realizar a formação de profissionais habilitados para atuarem nas diferentes áreas e campos de conhecimento, bem como intervirem frente aos problemas existentes nos distintos contextos e realidades em que se inserem.

Cabe ao governo municipal contribuir para a garantia da Educação Superior Pública, gratuita e de qualidade, bem como estabelecer uma política de articulação das ações do ensino, pesquisa e extensão universitária com ações estratégicas e desenvolvimento realizadas no município, em benefício da população por meio de ações de apoio e de parcerias concretas com as instituições de ensino superior.

#### 2.1.1 Diagnóstico

##### 2.1.1.1 Universidade Federal Fronteira Sul

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) é uma instituição de ensino superior pública popular e de qualidade, vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Criada pela Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009. O processo de criação da UFFS iniciou com cinco *campi*: Chapecó (SC) – sede da Instituição, Realeza e Laranjeiras do Sul (PR) e Cerro Largo e Erechim (RS). Em 2013, a cidade de Passo Fundo também passou a contar com um campus da UFFS.

Contando com mais de 40 cursos de graduação, a Universidade já ultrapassou a marca de 7 mil alunos e, desde o seu primeiro processo seletivo, favoreceu o ingresso dos alunos oriundos da escola pública. Por meio do fator escola pública, índices de 10%, 20% ou 30% aplicados à nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) contemplavam cada ano do Ensino Médio cursado nessa rede escolar.

Com a nova lei da reserva de vagas nas instituições federais de educação (Lei nº 12.711/2012, Decreto nº 7.824/2012 e Portaria Normativa MEC nº 18/2012) implantada integralmente em 2013 e que contempla todos os cursos de graduação, em todos os turnos de



oferta, desde 2014, a UFFS oferta suas vagas de ingresso via SISU, mantendo a política de reserva de vagas para os estudantes de escola pública.

Ao desenvolver uma política de ingresso que respeita e atende a atual situação das escolas de ensino médio público nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, a UFFS reserva em torno de 90% das vagas na graduação para estudantes que cursaram o ensino médio exclusivamente em escola pública.

#### PROCEDÊNCIA ESCOLAR DOS ACADÊMICOS DA UFFS – CAMPUS REALEZA

2010		2011		2012		2013		2014	
Rede Pública	Rede Privada								
100%	-	100%	-	99%	1%	96%	4%	95%	5%

Fonte: UFFS, 2015.

Além da graduação, a UFFS oferece oportunidades em cursos de pós-graduação em nível de especialização (*lato sensu*) e mestrado (*stricto sensu*). Atualmente no *Campus Realeza*, são ofertados 7 cursos de graduação e 2 cursos de pós-graduação. Além desses cursos, novas propostas de criação de cursos de graduação e pós-graduação estão em discussão.

#### CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERECIDOS PELA UFFS – CAMPUS REALEZA

Cursos de Graduação	Turno	Total de vagas
Ciências Biológicas – Licenciatura	Noturno	40
Ciências Naturais – Licenciatura <sup>15</sup>	Noturno	50
Física – Licenciatura	Noturno	30
Letras: Português e Espanhol – Licenciatura	Noturno	30
Medicina Veterinária – Bacharel	Integral	50
Nutrição – Bacharel	Integral	40
Química – Licenciatura	Noturno	30

Fonte: UFFS, 2015.

#### CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO OFERECIDOS PELA UFFS – CAMPUS REALEZA

Cursos de Pós-graduação	Total de vagas
Ensino de Língua e Literatura	40 vagas
Segurança Alimentar e Nutricional	40 vagas

Fonte: UFFS, 2015.

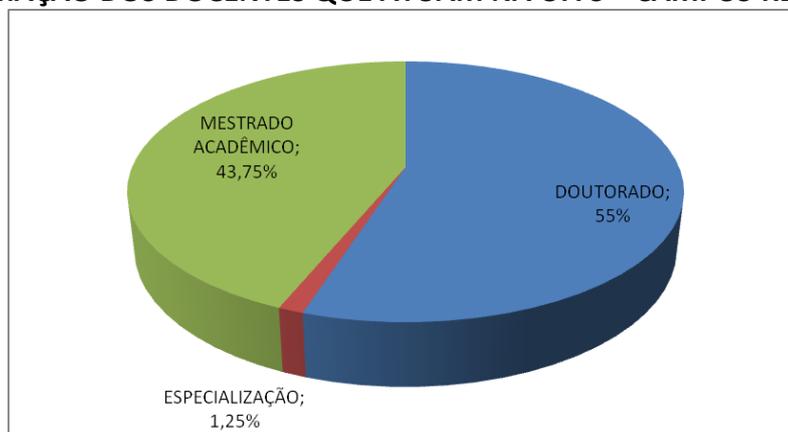
<sup>15</sup> Não há entrada de novos alunos desde o ano de 2013.



O *Campus* Realeza, em 2014, possuía 956 alunos matriculados, 80 professores e 76 servidores técnico-administrativos em educação e aproximadamente 44 funcionários de empresas terceirizadas que prestam serviços à Universidade. Para 2015 é previsto o ingresso de mais 220 alunos de graduação. As primeiras formaturas foram do curso de ciências naturais e em outros cursos estão previstas para fevereiro e agosto de 2015.

O *Campus* Realeza, situado em uma área de 76 hectares, conta com uma estrutura de bloco(s) de salas de aulas, bloco de sala de professores, laboratórios didáticos, Unidade de Medicina Veterinária, Clínica Escola de Nutrição. Está em construção o complexo do Hospital Veterinário Universitário – HVU, sendo a primeira etapa prevista para 2015, e as áreas experimentais. Há também muitos projetos em andamento no campo das pesquisas científicas e na área de extensão, os quais formam, com o ensino, os três pilares que alicerçam as atividades desenvolvidas pela UFFS.

#### FORMAÇÃO DOS DOCENTES QUE ATUAM NA UFFS – CAMPUS REALEZA



Fonte: UFFS, 2015.

Os docentes do *Campus* Realeza, em conjunto com técnicos administrativos em educação, discentes e colaboradores externos, desenvolveram de 2010 a 2014, 91 projetos de pesquisa, 144 projetos de extensão e 45 projetos de ensino.

Desde o ano de 2010 a Universidade beneficia estudantes com auxílios e bolsas. Em 2011, foram 87 estudantes beneficiados com bolsa permanência. Em 2012, 167 estudantes beneficiados com bolsa permanência e 15 bolsistas do Programa Bolsa Esporte. Em 2013, 226 estudantes beneficiados com auxílio permanência, 14 bolsistas do Programa Bolsa Esporte, 10 bolsistas do Programa Bolsa Cultura. Em 2014, 279 estudantes beneficiados com auxílios socioeconômicos como: auxílio-alimentação, auxílio-moradia, auxílio-transporte e auxílio material didático.

#### 2.1.1.2 Centro de Ensino Superior de Realeza

O Centro de Ensino Superior de Realeza – CESREAL é uma instituição de cunho privado, instalada no Município desde 2001, oferecendo atualmente os cursos de Administração e Ciências Contábeis.



O funcionamento do primeiro curso, Administração, foi autorizado pela Portaria Ministerial nº 1.718, de 01 de agosto de 2001, cuja publicação no Diário Oficial da União (DOU) aconteceu em 06/08/2001. No ano de 2005, a Faculdade de Realeza expandiu suas atividades com a autorização, pela Portaria Ministerial nº 4.177, de 02 de dezembro de 2005 (DOU de 05/12/2005), do curso de Ciências Contábeis, iniciando sua primeira turma em 2006, oferecendo para Realeza e região dois dos cursos com os maiores índices de empregabilidade no país. Ainda em 2005, O curso de Administração foi reconhecido através da Portaria Ministerial nº 4.447 de 22 de dezembro de 2005 (DOU de 23/12/2005).

O reconhecimento do curso de Ciências Contábeis ocorreu com a publicação da Portaria SESU/MEC nº 660, de 21 de março de 2011 (DOU de 23/03/2011).

Em 2012, a instituição foi credenciada através da Portaria Ministerial nº 341, de 05 de abril de 2012 (DOU de 10/04/2012). Enfim, no ano de 2013, devido aos resultados satisfatórios no ENADE, a portaria de Renovação de Reconhecimento do curso de Administração pela Portaria SERES/MEC nº 737, de 30 de dezembro de 2013 (DOU de 31/12/2013).

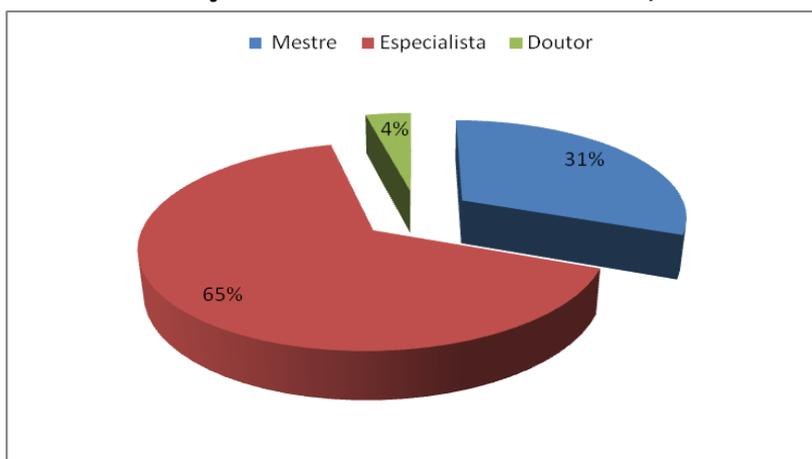
#### CURSOS OFERECIDOS PELO CESREAL, 2015

Cursos	Número de turmas	Total de vagas	Total de vagas preenchidas
Administração	04	800	138
Ciências Contábeis	04	480	219

Fonte: Centro de Ensino Superior de Realeza, 2015.

A instituição conta com 357 alunos, 26 professores e 12 funcionários. A maioria dos alunos matriculados no CESREAL procede de instituições de ensino da rede pública.

#### FORMAÇÃO DOS DOCENTES NO CESREAL, 2015



Fonte: CESREAL, 2015.

O espaço físico disponível da Instituição é adequado ao número de alunos. As salas de aula têm iluminação e ventilação adequadas às atividades desenvolvidas, com mobiliário confortável para o trabalho individual e em grupos; as instalações sanitárias são adequadas para docentes, discentes e funcionários, contando com ótimas condições para atendimento aos



portadores de necessidades especiais. Possui uma biblioteca com acervo de livros e periódicos em quantidade e qualidade desejáveis, além de um acervo de recursos audiovisuais, e o laboratório de informática está aberto a todos os professores e alunos da Faculdade para a implementação de técnicas pedagógicas de cunho prático e de caráter inovador. Os computadores estão conectados à internet e à intranet da Instituição.

Com a implantação do CESREAL, vários avanços foram sentidos não somente no desenvolvimento do Município, mas também na região. A instituição tem uma ótima parceria com as escolas do Ensino Fundamental, Médio e com a Prefeitura Municipal, além de outros segmentos da sociedade.

### 2.1.1.3 Outras instituições de Ensino Superior

Os demais acadêmicos que cursam o ensino superior em outras instituições de ensino, se organizaram, a partir de 2014, e formaram a Associação dos Universitários de Realeza. A Administração Municipal destina um montante determinado, por lei, à associação. Esta, por sua vez repassa aos estudantes um valor calculado a partir da distância da Instituição a que o acadêmico está vinculado.

As principais Instituições nas respectivas cidades, em que os estudantes estão matriculados são:

#### I. **Dois Vizinhos:**

- VIZIVALE (Vizinhança Vale do Iguaçu);
- UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná);
- UNISEP (União de Ensino do Sudoeste do Paraná);

#### II. **Francisco Beltrão:**

- CESUL (Centro Sulamericano de Ensino Superior Faculdade de Direito de Francisco Beltrão);
- UNIPAR (Universidade Paranaense);
- UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná);
- UNISEP (União de Ensino do Sudoeste do Paraná);
- UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná);

#### III. **Cascavel:**

- UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná);
- UNIVEL (União Educacional de Cascavel Faculdades de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel);
- FAG (Fundação Assis Gurgacz);
- UNIPAR (Universidade Paranaense);
- UNOPAR (Universidade do Norte do Paraná);

#### IV. **Ampére:**

- FAMPER (Faculdade de Ampére).



## 2.1.2 Objetivos e Metas para o Ensino Superior

### 2.1.2.1 Metas Estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação

a. Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público;

b. Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores;

c. Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

### 2.1.2.2 Metas e Estratégias para o Município

a. Apoiar e incentivar, a partir da vigência deste Plano, a ampliação dos cursos de graduação do CESREAL e a implementação de cursos de pós-graduação que atendam as especificidades da região;

b. Apoiar, a partir da vigência deste Plano, o CESREAL:

- i. Na divulgação do programa Bolsa Escola, que visa descontos especiais para os alunos que receberam as melhores notas nas escolas públicas;
- ii. Na divulgação do programa Empresa Escola, que visa descontos especiais para os alunos, havendo parceria entre Escola e Empresa;
- iii. Na organização da Semana Acadêmica, incentivando a participação da comunidade, especialmente dos profissionais da educação do Município;
- iv. O programa Faculdade Solidária, que visa a disponibilização de suas instalações para a realização de cursos e treinamentos organizados pelas empresas locais;
- v. O programa Faculdade Empreendedora, que visa disponibilizar os professores para realização de cursos e treinamentos para as empresas locais.

c. Assegurar, a partir da aprovação deste Plano, aos acadêmicos do Município, espaço nas escolas municipais para o desenvolvimento de estágios supervisionados;

d. Apoiar, a partir da vigência deste Plano, o programa Pró-Egressos do CESREAL, promovendo a articulação com as instituições de Ensino Médio, de forma a estabelecer mecanismos de incentivo aos alunos do Ensino Médio a ingressarem no ensino superior;

e. Estimular, a partir da vigência deste Plano, o comércio local e as instituições públicas e



privadas, a recorrerem ao Banco de Dados do CESREAL, para a seleção de currículos de alunos que possam ser encaminhados ao mercado de trabalho local;

f. Desenvolver, a partir da aprovação deste Plano, continuamente, em conjunto com os acadêmicos, projetos sociais, sócio-culturais, de cidadania e eventos que venham contribuir na formação dos acadêmicos e o bem estar dos cidadãos do Município;

g. Garantir, a partir da vigência deste Plano, parceria entre Secretaria Municipal de Educação e a Universidade Federal Fronteira Sul, para a implementação de programas de formação e projetos que possam contribuir para o fortalecimento dos trabalhadores do Município, de forma direta os agricultores;

h. Promover, a partir da aprovação deste Plano, a formação cultural e humana dos acadêmicos e da população em geral, por meio da dinamização de atividades sócio-culturais, recreativas, científicas e desportivas;

i. Promover, a partir da aprovação deste Plano, a cooperação do meio empresarial, visando assegurar a participação destes na formação dos acadêmicos do Município que serão os futuros profissionais;

j. Promover, a partir da aprovação deste Plano, parcerias com instituições de ensino superior ou outras entidades voltadas ao ensino e pesquisa, visando a oferta de diferentes alternativas de formação permanente para os profissionais que trabalham no Órgão Municipal de Educação e nas instituições de ensino da rede municipal.

## **V – MODALIDADES DE ENSINO**

### **1. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Conforme o inciso I do artigo 208 da Constituição Federal, o dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de Ensino Fundamental obrigatório e gratuito,



assegurada inclusive sua oferta para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria. A LDB, no artigo 37 determina que a Educação de Jovens e Adultos, será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria.

Assim, é atribuído ao poder público, a responsabilidade de estimular e viabilizar o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si, oferta de cursos gratuitos aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, proporcionando-lhes oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

### 1.1 Diagnóstico

O Colégio Estadual João Paulo II – Ensino Fundamental e Médio, localizado no Bairro João Paulo II, na área urbana do Município, oferta o Ensino Fundamental e o Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) desde 1995. O prédio é cedido pela municipalidade, compartilhando o seu espaço com a Escola Municipal Juscelino Kubitschek.

Os educandos matriculados na EJA são oriundos de famílias de nível sócio-econômico médio (minorias) e baixo, com idades variadas entre 15 e 65 anos, filhos e pais de famílias, tais como trabalhadores rurais, assalariados, boias-frias, vendedores ambulantes, domésticas, desempregados e também funcionários da própria escola.

Muitos não conseguem manter uma frequência satisfatória, por terem que trabalhar oito horas diárias, outros por falta de motivação pessoal e familiar, outros ainda, porque moram em locais de difícil acesso, atrasando a chegada à escola.

A estrutura física do Colégio encontra-se em bom estado. Os equipamentos e o patrimônio escolar são, na maioria, adquiridos com o apoio da comunidade escolar, com exceção do laboratório de informática, que foi adquirido através do Programa Paraná Digital. Os alunos têm acesso à informática e à biblioteca do Colégio. A merenda é ofertada pelo estabelecimento devido à organização interna do Colégio, recebendo verbas específicas para a EJA.

O material adotado é indicado pelo Departamento de Educação de Jovens e Adultos – DEJA, da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, mas que não é ofertado para todas as disciplinas e alunos. Além desse material, os docentes, na sua prática pedagógica, utilizam outros recursos didáticos, montando o próprio material a ser trabalhado.

A Escola Municipal Juscelino Kubitschek, também localizada no Bairro João Paulo II, tendo em vista a grande demanda de analfabetos e de jovens e adultos que não concluíram as séries iniciais do Ensino Fundamental, passou a ofertar em 2007, na modalidade de EJA, o Ensino Fundamental - Fase I e continua a ofertar até o presente ano (2015).

O Poder Público Municipal firmou convênio com o Governo do Estado para ofertar o Programa Paraná Alfabetizado. O Programa atende as pessoas mais idosas que não tiveram acesso à leitura e à escrita, atualmente é oferecido na Escola Municipal Independência e no Colégio Estadual da Flor da Serra.

### 1.2 Objetivos e Metas estabelecidas para a Educação de Jovens e Adultos



### 1.2.1 Metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação

- a. Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional;
- b. Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamentais e médios, na forma integrada à educação profissional;
- c. Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

### 1.2.2 Metas e Estratégias para o Município

- a. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, políticas de erradicação do analfabetismo, por meio da oferta de programas de alfabetização a todos que não tiveram acesso à educação na idade própria ou não concluíram o Ensino Fundamental; \*/\*\*<sup>16</sup>
- b. Estabelecer, a partir da vigência deste Plano, estratégias que assegurem a permanência dos alunos nos programas da EJA, como forma de reduzir os índices de evasão;
- c. Viabilizar, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, a aquisição e/ou produção de material didático-pedagógico adequado aos educandos da EJA da rede municipal de ensino;
- d. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, a oferta de programas de capacitação continuada aos educadores da EJA da rede municipal de ensino;
- e. Assegurar, a partir da aprovação deste Plano, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, o encaminhamento de alunos da Educação de Jovens e Adultos, a programas de atendimento oftalmológico e de saúde; \*\*\*
- f. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, políticas que visam a participação dos alunos da Educação de Jovens e Adultos em eventos educacionais, culturais e esportivos realizados no Município, de modo a propiciar-lhes a integração social;

<sup>16</sup> (\*) O cumprimento deste Objetivo/Meta depende da colaboração da União.

(\*\*) O cumprimento deste Objetivo/Meta depende da colaboração do Estado.

(\*\*\*) O cumprimento deste Objetivo/Meta, ao que se refere às instituições que não sejam de responsabilidade do Município, depende dos programas e/ou iniciativa das respectivas mantenedoras



## **2. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS**

É necessário programar o ensino à distância, no sentido de suprir e facilitar a formação plena do sujeito, bem como de dar condições de compreensão à complexidade de conhecimento científico e à capacidade de relacionar-se como ser humano. Promover um ensino à distância, a partir de instituições de ensino superior, que contemple, também, aulas presenciais. Compor, em um currículo flexível, a possibilidade de exploração, aprendizagem e utilização de multimeios no campo do ensino diminuindo a distância entre o múltiplo mundo dos acessos virtuais e o fazer pedagógico nos processos de aprendizagens escolares.

### **2.1 Diagnóstico**

#### **2.1.1 Educação à distância**



O Grupo UNINTER está presente no município de Realeza oferecendo serviços com foco no segmento educacional. São cursos superiores nas modalidades Presencial, Semipresencial e a Distância de graduação nas áreas de:

I. Tecnologia com duração de 2 anos a 2 anos e meio - Comércio Exterior, Gestão Ambiental, Gestão Comercial, Gestão da Produção Industrial, Gestão de Recursos Humanos, Gestão de Turismo, Gestão Financeira, Gestão Pública Tecnologia em Logística, Marketing, Processos Gerenciais, Secretariado, Serviços Jurídicos e Gestão Hospitalar;

II. Licenciatura com duração de 3 anos a 4 anos em: Filosofia; Geografia, História, Letras, Matemática e Pedagogia;

III. Bacharelado com duração de 3 anos a 4 anos em: Administração, Ciências Contábeis, Ciência Política, Relações Internacionais e Teologia.

Também oferta cursos de pós-graduação nas áreas: Educacional com 21 cursos; Jurídica com 4 cursos; Gestão Pública com 3 cursos; Área Empresarial são 17 cursos; Saúde são 7 cursos; Humanidade com o curso de Políticas de Assistência Social; Engenharia e Meio Ambiente com 3 cursos e Desportiva com 19 cursos.

As aulas da Educação a Distância são acompanhadas por tutores, que tem a responsabilidade de auxiliar todos os procedimentos administrativos, acompanhar e conduzir as atividades presenciais propostas pelo professor on-line, registrar a frequência dos alunos, aplicar as provas presenciais, lançar as notas e registrar a pontualidade, o envolvimento dos alunos com as atividades propostas, a atenção às vídeo-aulas e o interesse do mesmo em colaborar com o grupo.

Os tutores participam de cursos de capacitação e à equipe pedagógica destas instituições, cabe avaliar se os mesmos possuem condições para atuar nas tele-salas de acordo com a metodologia educacional empregada.

Quanto ao funcionamento dos locais onde são desenvolvidos os programas de EAD (Educação à Distância), verifica-se que a estrutura física é adequada, ofertando ambiente seguro, limpo e adequado à inclusão das pessoas com necessidades especiais. A estrutura das tele-salas comporta de 30 a 45 carteiras e cadeiras, com ponto de acesso à internet para os orientadores e os alunos, televisão, DVD e computadores.

Já a UNISOCIESC, fundada no Brasil em 1959, inicialmente como uma escola técnica para atender ao grande centro metalmeccânico, com indústrias multinacionais, da região norte de Santa Catarina, Credenciamento do Instituto Superior Tupy, Portaria n. 3.324, a Sociedade Educacional de Santa Catarina - UNISOCIESC é hoje uma instituição completa: em educação, cultura e tecnologia. Atua em todas as fases do desenvolvimento humano, incluindo ensino primário, graduação, pós-graduação, bem como programas de extensão, formação profissional e cursos de ensino à distância. O programa de MBA da UNISOCIESC é o resultado de uma parceria com a FGV - a mais respeitada instituição privada de pesquisa e educação superior no Brasil; e seus programas de mestrado são credenciados pela CAPES - a agência do Ministério da Educação e Cultura que autoriza e fiscaliza novos cursos de pós-graduação. Além de sua educação qualificada, que é altamente reconhecida pelo mercado, a marca UNISOCIESC também é



sinônimo de excelência no fornecimento de serviços de engenharia, consultoria e gestão, atendendo tanto empresas nacionais como internacionais.

Os serviços da instituição são fornecidos a partir de uma infra-estrutura moderna, com laboratórios especializados, juntamente com um sistema de gestão da qualidade que cumpra com os requisitos da ISO 9001 de padrão internacional, devidamente certificadas.

A UNISOCIESC esta ofertando os cursos de: Pedagogia – Licenciatura Plena; Ciências Contábeis; Gestão Da Qualidade; Recursos Humanos; Processos Gerenciais; Logística; Gestão Financeira; Gestão Industrial; Marketing.

## **2.1.2 Tecnologias Educacionais**

### **2.1.2.1 Nas Vídeo-aulas**

Os principais recursos pedagógicos utilizados nos encontros presenciais são as vídeo-aulas que são produzidas pelas empresas que selecionam os professores nas áreas específicas dos cursos ofertados, tendo em média, duração de 40 minutos. Fora dos encontros presenciais, o foco é dado aos livros, onde o aluno deve dedicar-se à leitura para se aprofundar nos conteúdos. Cada aluno recebe um livro para cada disciplina cursada.

### **2.1.2.2 Nas escolas**

Um dos principais recursos tecnológicos educacionais utilizados pelas escolas é a TV Escola que é um Programa da Secretaria de Educação a Distância, do Ministério da Educação, dirigido à capacitação, atualização e aperfeiçoamento de professores da Educação Básica e ao enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem.

Ela transmite 24 horas de programação diária, com repetições, de forma a permitir às escolas diversas opções de horário para gravar os conteúdos audiovisuais. A programação divide-se em cinco faixas: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Salto Para o Futuro e Escola Aberta. Esta última, veiculada aos sábados, domingos e feriados, apresenta programas sobre meio ambiente, desenvolvimento sustentável, saúde, entre outros temas de interesse da comunidade escolar em geral, uma vez que nesses dias as escolas abrem suas portas para a comunidade do entorno.

Além da TV Escola, utiliza-se também a TV Paulo Freire, que é o canal exclusivo da Educação do Paraná. Cerca de 50% da programação é produzida pela equipe da televisão e o restante, por parceiros, como a TV Escola, o canal do SESC (Serviço Social do Comércio), entre outros canais com programas educativos. A produção dos programas é realizada por técnicos em comunicação e professores da rede pública.

A exemplo do que já ocorreu com o portal Dia-a-Dia Educação, que foi exportado para outros estados (Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Maranhão), a TV Paulo Freire também tem atraído o interesse de outros estados em realizar parcerias. A TV Paulo Freire oferece programas que contribuem com a formação continuada do professor e complementam o currículo escolar, com temas como a diversidade cultural do Estado. A programação também ajuda no preparo do aluno para o processo do vestibular.



## 2.2 Objetivos e Metas Estabelecidas para a Educação à Distância<sup>17</sup>

### 2.2.1 Metas e Estratégias para o Município

- a. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, em parceria com instituições públicas e privadas, a oferta de cursos a distância em nível técnico e superior, de acordo com a demanda existente;
- b. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, local adequado e próprio para a oferta dos cursos à distância;
- c. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, na proposta pedagógica das escolas da rede municipal de ensino, o uso das tecnologias educacionais como um instrumento da prática pedagógica do professor;
- d. Garantir, a partir da vigência deste Plano, a manutenção permanente dos laboratórios de informática das escolas da rede municipal de ensino, assegurando a inovação dos avanços tecnológicos;
- e. Assegurar, a partir da aprovação deste Plano, a manutenção e a atualização constante dos equipamentos e dos recursos tecnológicos existentes nas escolas da rede municipal de ensino;
- f. Promover, a partir da vigência deste Plano, continuamente, a capacitação dos professores da rede municipal de ensino, para a aplicação das tecnologias de informação e comunicação voltadas à educação.

## 3. EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O compromisso na oferta da educação tecnológica e formação profissional busca desenvolver a parceria entre as instituições governamentais e não governamentais que tenham a finalidade de elevar os Índices de Desenvolvimento Humano – IDH do Município.

Deve estar vinculada a um projeto de desenvolvimento sustentável da sociedade, de acordo com a legislação vigente, e ser desenvolvida por meio de programas e cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, educação profissional técnica de nível médio, concomitantemente ou não ao Ensino Médio, e educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

A educação tecnológica e formação profissional podem ser contempladas nos projetos das escolas, tanto de Ensino Fundamental quanto de Ensino Médio, pois educação e trabalho se complementam. Assim, pode estar articulada com as demais formas de educação, com o trabalho, com a ciência e a tecnologia, pois estas integram uma sociedade dinâmica e a um mercado diversificado que atendem a uma demanda globalizada.

<sup>17</sup> Não há a apresentação das metas do Plano Nacional de Educação, porque não existe nenhuma meta estabelecida para a Educação à Distância.



### 3.1 Diagnóstico

A oferta de cursos de formação profissional no Município ocorre por meio de diversas parcerias firmadas entre a Prefeitura Municipal, Sindicato dos Empregadores Rurais, Agência do Trabalhador, ACIAR (Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Realeza), SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SESI/SENAT (Serviço Social da Indústria/ Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

Além destes, o Colégio Estadual Doze de Novembro oferta cursos técnicos, em nível médio, desde o ano de 2005.

Novos empregos têm surgido no Município, nos setores de comércio e de serviços, com a instalação de novos estabelecimentos comerciais e a implantação da UFFS, que veio a somar para o desenvolvimento considerável na área de construção civil e outros setores vinculados a mesma. Desde o ano de 2006 até 2014 foram encaminhados, via Agência do Trabalhador, 10.800 pessoas para entrevistas de emprego. Destas, 3.400 obtiveram êxito e conseguiram colocação, (com média de 425 colocados anualmente). Além disso, 6.576 pessoas buscaram o Seguro-Desemprego junto a Agência do Trabalhador de Realeza.

Em média são ofertadas 6 novas vagas/dia, ou seja, 120 vagas/mês. Isso quer dizer que há oferta de emprego e o desemprego justifica-se quando a demanda não atende aos quesitos como qualificação.

Os setores mais carentes de mão-de-obra especializada no Município são na área da construção civil e alimentícia em geral (restaurantes, padarias e lanchonetes).

Os cursos ofertados pelas instituições existentes no Município atendem diretamente às necessidades do mercado local, pois são planejados com os agentes e os dirigentes das entidades empregadoras e associativas.

Os cursos visam oportunizar a preparação de mão-de-obra para o setor do comércio de serviços, com planejamento de cursos em conjunto com a ACIAR, Sindicato dos Empregadores Rurais e Prefeitura Municipal.

A Prefeitura Municipal, juntamente com a Secretaria de Ação Social, desenvolve projetos e cursos de qualificação por meio de parcerias firmadas com as entidades e organizações locais, já citadas, e com organizações governamentais e não governamentais.

O Sindicato dos Empregadores Rurais oferta cursos profissionalizantes no Município há oito anos. Os cursos são gratuitos e voltados à demanda da necessidade dos produtores autônomos (pequenos e médios).

A Agência do Trabalhador oferta cursos profissionalizantes no Município há 16 anos. Os cursos são gratuitos e a instituição obtém retorno do trabalho realizado através da utilização de formulários, currículos, visitas às empresas e caixa de sugestões abertas ao público.

#### **CURSOS REALIZADOS NOS ÚLTIMOS 8 ANOS PELA AGÊNCIA DO TRABALHADOR, 2006 - 2014.**

Curso	Participantes	Carga horária
-------	---------------	---------------



Costureiro Básico (06 cursos)	90	100 horas
Condutores de veículos de transporte coletivo de passageiros (10 cursos)	300	50 horas
Condutores de veículos de transporte de produtos perigosos (10 cursos)	300	50 horas
Direção Defensiva (10 cursos)	300	16 horas
Excelência no atendimento (5 cursos)	125	18 horas
Como ser mais competitivo em vendas (3 cursos)	75	12 horas
Secretariado (3 cursos)	150	18 horas
Empregabilidade	300	10 horas
Técnico em Vendas	60	12 horas
Corte e Costura Industrial (04 cursos)	80	200 horas
Programa de Humanização na Saúde	130	4 horas
Ingresso no Mercado de Trabalho	240	4 horas
Recepcionista	70	20 horas
Assistente Administrativo	20	20 horas
Organização de Supermercado	25	20 horas
Auxiliar administrativo	50	20 horas
Legislação trabalhista	200	20 horas
Montador de móveis	17	60 horas
Atendente de Farmácia Comercial	25	240 horas
Eletricista de automóveis	40	200 horas
Bom Negócio Paraná	250	100 horas
Instalador Acessório automotivo	40	100 horas
Mecânica e Elétrica	20	180 horas
Instalador Hidráulico	20	260 horas
Boas Práticas de Manipulação de Alimentos	400	20 horas
Curso prático de pedreiro e encanador	20	180 horas
Doces para confeitaria	15	24 horas

Fonte: Agência do Trabalhador, 2015.

#### CURSO OFERTADO PELO COLÉGIO ESTADUAL DOZE DE NOVEMBRO NO PERÍODO DE 2006 a 2014

Curso	Participantes	Carga Horária
Técnico em Administração	824	900

Fonte: Colégio Estadual Doze de Novembro, 2015.

A ACIAR foi fundada em 27 de agosto de 1979, e hoje (2014) conta com 235 associados. A entidade trabalha em prol da classe empresarial, proporcionando o máximo de benefícios para seus associados, tais como:



- I. Consultas odontológicas gratuitas para associados e funcionários;
- II. Fisioterapia com 15% de desconto;
- III. Convênio com o Juizado Especial Cível (Cobrança Judicial);
- IV. Sistema de Proteção ao Crédito (SCPC);
- V. Parcerias com o SEBRAE, SESI e SENAI para a oferta de cursos e atendimentos aos associados;
- VI. Desenvolvimento de projetos em parceria com outras entidades para fortalecer o comércio local.

A COOPAFI (Cooperativa Da Agricultura Familiar Integrada) foi fundada em 2006, com o objetivo de apoiar a agricultura familiar e as entidades assistenciais e educacionais do Município. Conta, até hoje (2015), com 90 associados, desenvolvendo cursos de extensão rural e a coleta de leite desde 2006.

### **3.2 Objetivos e Metas para a Educação Tecnológica e Formação Profissional<sup>18</sup>**

#### **3.2.1 Metas e Estratégias para o Município**

a. Promover, a partir da vigência deste Plano, periodicamente, por meio de parcerias, a oferta de cursos profissionalizantes, otimizando espaços públicos para a realização dos mesmos, visando suprir a necessidade de profissionais qualificados no Município e região;

b. Apoiar, a partir da aprovação deste Plano, a implantação de cursos de qualificação profissional para área da agricultura e do meio ambiente, em parceria com entidades públicas, privadas e organizações não governamentais;

c. Articular, na vigência deste Plano, com a Secretaria de Estado da Educação, a ampliação da oferta de cursos profissionalizantes, em nível técnico, integrado ou subsequente ao Ensino Médio, de acordo com demanda do mercado local;

d. Realizar, na vigência deste Plano, periodicamente, reuniões com as entidades e empresas do Município, visando verificar as áreas carentes de mão-de-obra especializada para programar a oferta de cursos que possam suprir estas deficiências.

---

<sup>18</sup> Não há a apresentação das metas do Plano Nacional de Educação, porque não existe nenhuma meta estabelecida para a Educação Tecnológica e Formação Profissional



## **4. EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Essa modalidade da educação escolar encontra-se fundamentada na concepção dos direitos humanos e pautada pelos princípios éticos, políticos, estéticos e da equidade, de modo a assegurar o respeito à dignidade humana, a igualdade de oportunidades, a valorização das diferenças e o exercício da cidadania.

### **4.1 Diagnóstico**

#### **4.1.1 Atendimento da Educação Especial na Escola Especializada**

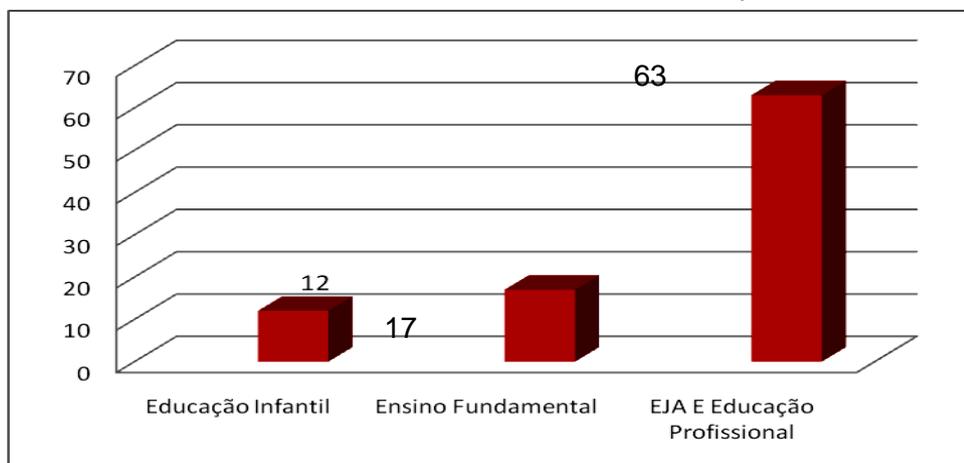
A Escola Primavera, Educação Básica – Modalidade Educação Especial mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Realeza (APAE), foi fundada em 24 de julho de 1986 e está situada na PR 281 – Entrada para Linha Bonatti.

A Escola funciona em dois turnos, matutino e vespertino, oferecendo Educação Básica, EJA e Educação Profissional na Modalidade de Educação Especial, para alunos com Deficiência Intelectual, Múltiplas Deficiências e Transtornos Globais do Desenvolvimento, nas seguintes etapas:



- Educação Infantil: Estimulação Essencial para crianças de zero a três anos e onze meses de idade e educação Pré-escolar para as crianças de quatro a cinco anos e onze meses de idade.
- Ensino Fundamental/anos iniciais: ciclo contínuo com duração de dez anos, que equivalem respectivamente ao primeiro e segundo anos do Ensino Fundamental, destinados à educandos com Deficiência Intelectual, Múltiplas Deficiências e Transtornos Globais do Desenvolvimento, na faixa etária de seis a dezesseis anos de idade.
- Educação de Jovens e Adultos - EJA e Educação Profissional: etapa única, que compreende as dimensões do Ensino Fundamental/anos iniciais, do primeiro ao quinto ano. Está integrada à Educação Profissional, a alunos a partir dos dezesseis anos, com tempo indeterminado para sua conclusão, respeitando o nível de comprometimento e a temporalidade de cada educando, dividindo-se em três unidades: - Unidade Ocupacional de Qualidade de Vida, Unidade Ocupacional de Produção e Unidade Ocupacional de Formação Inicial.

**ATENDIMENTO DA APAE POR PROGRAMAS, 2014**



Fonte: Escola Primavera – Modalidade Educação Especial 2015

Do total de 92 alunos atendidos em 2014, 67 possuem Deficiência Intelectual, 24 possuem Múltiplas deficiências.

A organização administrativa e pedagógica da Escola de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial tem como objetivo possibilitar oportunidades efetivas de aprendizagem, considerando tempo, ritmo e o desenvolvimento dos educandos com Deficiência Intelectual, Múltiplas Deficiências e Transtornos Globais do Desenvolvimento.



Na Escola Primavera, além do atendimento pedagógico são ofertados atendimentos específicos na área do SUS (Sistema Único de Saúde) como: Fisioterapia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Psicologia, Assistência Social, Psiquiatria e Pediatria.

Também são desenvolvidos alguns projetos educacionais visando um maior desenvolvimento do aluno nos aspectos sociais, educacionais e emocionais, tais como: Campanha da Prevenção da Excepcionalidade (Semana da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltiplas no mês de Agosto), Festival Nossa Arte, Mostras de Dança e Teatro, Concurso de Cartazes e Cartão de Natal (promovido pela Federação Nacional das APAEs), competições de xadrez e futsal, participação nas Olimpíadas Regionais das APAEs.

O quadro funcional da Escola atua no sentido de garantir o acesso ao conhecimento, e a Escola tem o papel de fazer o educando avançar em sua compreensão de mundo a partir de seu desenvolvimento já consolidado, tendo como metas etapas posteriores ainda não alcançadas, por meio de trabalhos, encaminhamentos, apoio e assistência com a comunidade escolar, em todos os âmbitos (família, aluno e professores), prevendo as necessidades cujas competências lhes cabe.

Ao todo são 42 pessoas trabalhando na entidade, como mostra a tabela a seguir.

#### RECURSOS HUMANOS DA APAE, 2015

Cargos/funções	Formação				Total
	EF	EM	MG	ESP	
Direção	-	-	-	01	01
Vice-Direção	-	-	-	-	-
Orientação	-	-	-	01	01
Docência (QPM,SC02,PSS)	-	-	-	15	15
Docência (Convênio)	-	-	-	04	04
Atendentes	-	04	-	-	04
Secretário escolar	-	02	-	-	02
Auxiliar de Secretaria	-	01	-	-	01
Merendeira	-	01	-	-	01
Auxiliar Serviços Gerais	01	01	-	01	03
Zelador	-	01	-	-	01
Motorista	-	01	-	-	01
Equipe do SUS				08	08
<b>Total</b>	<b>01</b>	<b>11</b>	<b>00</b>	<b>30</b>	<b>42</b>

Fonte: Escola Primavera-Modalidade Ed. Especial 2015.

Para um melhor atendimento dos alunos, também fazem parte do quadro funcional, especialistas na área do SUS como: Fisioterapeuta, Fonoaudióloga, Terapeuta Ocupacional, Psicóloga, Assistente Social, Pediatra e Psiquiatra.

O terreno da sede da APAE possui 17.000 metros quadrados e o estabelecimento de ensino possui uma área construída de 1.030 metros, distribuídos em 10 salas de aula, biblioteca, banheiros adaptados, secretaria, sala para direção, refeitório, cozinha, almoxarifado, lavanderia, salas para Arte e Educação Física, sala pedagógica, salas específicas para o atendimento de



fonoaudiologia, fisioterapia, psicologia, etc., pátio coberto para recreação e atividades físicas e piscina térmica para atendimento de hidroginástica e hidroterapia.

**INFRA-ESTRUTURA GERAL DA APAE, 2015**

Itens	Situação <sup>19</sup>		
	O	B	R
1. Energia elétrica	X		-
2. Água filtrada ou tratada	X	-	-
3. Esgoto	-	X	-
4. Sala de direção	-	X	-
5. Sala pedagógica	-	X	-
6. Sala de coordenação pedagógica	-	X	-
7. Secretaria	-	X	-
8. Sala de professores	-	X	-
9. Sala de reuniões	-	X	-
10. Biblioteca com acervo atualizado ou canto de leitura	-	X	-
11. Sala de recursos didáticos	-	X	-
13. Sala de televisão, vídeo e/ou DVD	-	X	-
14. Almojarifado (material escolar)	-	-	X
15. Refeitório	-	X	-
16. Depósito (material de limpeza)	-	-	X
18. Depósito de lixo	-	X	-
19. Cozinha	-	X	-
20. Despensa (alimentos)	-	X	-
21. Instalações sanitárias – alunos	-	X	-
22. Instalações sanitárias – administrativo	-	X	-
23. Instalações sanitárias – funcionários	-	X	-
24. Recreio coberto	X	-	-
26. Quadra poliesportiva	-	-	-
27. Quadra de esportes coberta	-	X	-
28. Piscina	X	-	-
29. Espaço para oficinas (ex: marcenaria, pintura, etc.)	-	X	-
30. Laboratório de informática	-	-	-
31. Laboratório de ciências	-	-	-
32. Acesso à internet para alunos	-	X	-
33. Acesso à internet para professores e funcionários	-	X	-
34. Mobiliário adequado à faixa etária	-	X	-
35. Material pedagógico de apoio ao aluno	-	X	-
36. Material pedagógico de apoio ao professor	-	X	-
37. Adequação às características das crianças com necessidades educacionais especiais (rampa, corrimão, sinalizações, instalações sanitárias)	-	X	-

Fonte: Escola Primavera-Mod. Educação Especial 2015.

<sup>19</sup> O – Ótimo; B – Bom; R – Regular.



Como recursos técnicos, tecnológicos, físicos e materiais, em uso no estabelecimento de ensino para o atendimento a alunos com deficiência, a APAE possui mobiliários anatômicos e adaptados a ambientes com acessibilidade e está sempre adequando-os conforme as necessidades dos alunos.

A Escola é mantida com recursos financeiros procedentes do Governo Federal, Estadual, Municipal, dos associados, de algumas doações da Receita Federal, Ministério Público e Projetos provenientes da esfera Federal e Estadual, também de promoções realizadas na comunidade. Os recursos recebidos são utilizados para pagamento de pessoal (administrativo, técnico, pedagógico, de apoio e serviços gerais) e cobrir gastos com transporte escolar (combustível e manutenção dos carros), material didático e pedagógico, material de limpeza, pequenas reformas e reparos necessários no dia a dia entre outros.

O transporte escolar dos alunos que frequentam a Escola Primavera é realizado através de um micro-ônibus (Agrale ano 2010), de propriedade da Prefeitura cedido em comodato à entidade, adaptado com elevador para cadeirantes, que faz o percurso dentro da cidade apanhando os alunos em pontos específicos e na própria moradia de acordo com o comprometimento de cada educando. Também é ofertado pela Prefeitura Municipal o transporte aos alunos do interior com um micro-ônibus adaptado com elevador e outros com o transporte escolar municipal dependendo da comunidade onde moram.

#### TRANSPORTE UTILIZADO PELOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A APAE, 2015

Tipo Transporte	Número de alunos transportados por dia
Micro-ônibus (cedido em comodato)	63
Micro-ônibus (Municipal)	19
Transporte Escolar Municipal (interior)	07

Fonte: Escola Primavera - Modalidade Educação Especial, 2015.

## 4.2 Objetivos e Metas para a Educação Especial

### 4.2.1 Metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação

a. Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

### 4.2.2 Metas e Estratégias para o Município

a. Adequar, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, gradativamente, os prédios escolares, observando o cumprimento dos padrões mínimos estabelecidos nas normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), para o recebimento e permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais; \*\*\*



b. Garantir, a partir da vigência deste Plano, atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, nas instituições de ensino, prevendo infra-estrutura necessária e atendimento às especificidades com profissionais especializados, respeitando o direito a atendimento adequado em seus diferentes aspectos, conforme legislação específica e inclusão desse atendimento na proposta pedagógica; \*\*\*

c. Assegurar, durante a vigência deste Plano, aos professores e demais profissionais do ensino regular da rede municipal de ensino, cursos de aperfeiçoamento e qualificação para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais inclusos nas salas regulares;

d. Viabilizar, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, mecanismos para que os professores da rede municipal de ensino possam ingressar em cursos de especialização nas áreas específicas de Deficiência Auditiva (DA) e Deficiência Visual (DV), visando suprir a falta de profissionais nestas áreas;

e. Viabilizar, a partir da aprovação deste Plano, a ampliação de classes especiais na rede municipal de ensino, para atender principalmente os alunos com condutas típicas;

f. Assegurar, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, que as salas de recursos e os centros de atendimento DA e DV existentes na rede municipal de ensino, sejam implementados com espaços físicos adequados, equipamentos específicos e materiais pedagógicos, com a finalidade de melhorar a qualidade deste atendimento;

g. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, em parceria com as Secretarias Municipais de Saúde e Ação Social, programas destinados a ofertar estimulação precoce (interação educativa adequada) para as crianças matriculadas nas instituições de Educação Infantil; \*\*\*

h. Assegurar, a partir da aprovação deste Plano, em parceria com a área da Saúde, a aplicação anual de testes de acuidade visual e auditiva a todos os alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da rede municipal, com objetivo de oferecer apoio adequado aos portadores de problemas oculares e/ou auditivos;

i. Garantir, a partir da vigência deste Plano, em parceria com as Secretarias Municipais de Saúde e Ação Social, atendimento de profissionais nas áreas de assistência social, fonoaudiologia, psicologia, nutrição e psicopedagogia, aos alunos que necessitam de serviço educacional especializado, bem como, dar suporte pedagógico ao professor do ensino regular e da Educação Especial da rede municipal de ensino;



j. Desenvolver, a partir da vigência deste Plano, em conjunto com as áreas da Saúde, Ação Social e APAE, campanhas anuais de prevenção das deficiências, especialmente nas instituições educativas;

k. Estabelecer, a partir da vigência deste Plano, parceria com as Entidades Especializadas em Educação Especial e com as Instituições de Ensino Superior locais, para desenvolver campanhas educativas sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular;

l. Assegurar, a partir da aprovação deste Plano, aos alunos de classe regular na rede municipal de ensino, que apresentam dificuldades em sua aprendizagem, avaliações psicopedagógicas, no início do ano letivo, a fim de encaminhá-los o mais breve possível aos serviços adequados;

m. Viabilizar, a partir da vigência deste Plano, a oferta do ensino da Língua Brasileira de Sinais, para os alunos surdos e, sempre que possível, para seus familiares e para os profissionais da rede municipal de ensino; \*\*\*

n. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, que os portadores de necessidades especiais participem dos eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, de forma que se garanta a efetivação da proposta da inclusão;

o. Viabilizar, a partir da vigência deste Plano, mecanismos para incentivar a presença dos pais dos alunos com necessidades especiais, nas escolas, de forma a proporcionar a interação família e escola; \*\*\*

p. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, a oferta de transporte escolar para os alunos da Escola de Educação Especial, garantindo o acesso a todos que dele necessitarem para o seu deslocamento;

q. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, a parceria existente com a Escola de Educação Especial, de forma a apoiar a sua manutenção;



## **VI - MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

### **1. FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO**

O artigo 67 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) determina que os sistemas de ensino promovam a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público o ingresso exclusivo por concurso público de provas e títulos, aperfeiçoamento profissional continuado, piso salarial profissional, progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho, período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga horária e condições adequadas de trabalho.

#### **1.1 Diagnóstico**

De forma legal e efetiva, a valorização do magistério em Realeza, teve início em 2014, com a aprovação da Lei Municipal nº 1566, de 28 de maio de 2014, que estabeleceu o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

A Lei estabelece como objetivos: promover a valorização, o desenvolvimento na carreira e o aperfeiçoamento continuado dos Profissionais da Educação que atuam na rede municipal de



ensino, além de oportunizar o crescimento e desenvolvimento funcional através de promoção horizontal, mediante avaliação de desempenho e vertical, através da comprovação de respectiva habilitação.

O ingresso nos cargos que compõem o Grupo Ocupacional do Magistério ocorre com a aprovação em concurso público de provas e títulos, sendo que o último concurso está em andamento neste ano (2015).

A organização da carreira do professor é dividida em quatro classes associadas à habilitação e tem a seguinte composição:

- **Professor Classe A:** formação em nível médio, em curso de Magistério na modalidade Normal;
- **Professor Classe B:** Licenciatura Plena – Formação em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena ou outra graduação correspondente às áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente;
- **Professor Classe C:** Especialização “*lato sensu*”- Formação em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena ou outra graduação correspondente às áreas do conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente, acompanhada da formação em nível de especialização “*lato sensu*” em área relacionada à atividade do magistério, com carga horária mínima de trezentos e sessenta horas;
- **Professor Classe D:** - Pós-graduação “*stricto sensu*”- Formação em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena ou outra graduação correspondente às áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente, acompanhada da formação em nível de pós- graduação “*stricto sensu*” em área relacionada à atividade do magistério.

O Plano de Carreira contempla um piso salarial de acordo com o grau de formação, como demonstra a tabela, sendo os vencimentos referentes ao nível inicial.

#### PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO NO MUNICÍPIO, 2015

Nível de formação	Classe	Valor 20h Séries iniciais	Valor 40h Educação Infantil
Magistério	Professor A	960,22	1.918,21
Graduação	Professor B	1.056,24	2.110,04
Pós-graduação (Especialização)	Professor C	1.161,87	2.321,05
Pós-graduação (Mestrado/Doutorado)	Professor D	1.278,07	2.553,16

Fonte: Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, 2015.

Ao ocupante do cargo do grupo Ocupacional Magistério, quando em atividades de planejamento, supervisão e orientação, para a educação básica, será exigida graduação em Pedagogia, ou Especialização “*lato sensu*” de no mínimo 360 horas, garantida, nessa formação, a



base comum nacional. Além dos requisitos de formação, a experiência docente de três anos é pré-requisito para o exercício dessas atividades.

A jornada mínima semanal para o profissional do Magistério em docência será de vinte horas semanais, sendo treze horas relativas à hora docente e sete à hora-atividade, obedecendo ao limite mínimo de um terço da jornada para hora-atividade. A jornada máxima semanal para o profissional do Magistério em docência será de quarenta horas semanais, sendo vinte e seis referentes à hora-atividade, obedecendo ao limite mínimo de um terço da jornada para hora-atividade. A hora-atividade é destinada para a preparação de aulas, avaliação, reunião pedagógica, troca de experiências e grupos de estudo.

Ao profissional do Magistério estável, de acordo com as possibilidades, a cada período de cinco anos de efetivo exercício, é assegurado o direito à Licença Especial de três meses com vencimento e demais vantagens, não podendo ser fracionada e inclusas férias regulamentares, de licença para tratamento de saúde e de licença maternidade.

A capacitação continuada, ofertada pela Secretaria Municipal de Educação, garante no calendário escolar um programa de formação com base no levantamento prévio das necessidades e prioridades das instituições educacionais, visando: valorização do profissional do Magistério, melhoria da qualidade de serviço, novas metodologias e habilidades decorrentes de inovações científicas, tecnológicas e alterações da legislação. A Secretaria de Educação será responsável, por oferecer uma formação mínima de quarenta horas anuais.

## **1.2 Objetivos e Metas estabelecidas para o magistério da Educação Básica**

### **1.2.1 Metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação**

a. Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam;

b. Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino;

c. Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência do PNE;

d. Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso



salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal;

e. Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

### **1.2.2 Metas e Estratégias para o Município**

a. Garantir, no prazo de três anos, após a aprovação do PME, a revisão do Plano de Cargos e Carreira do Magistério Público Municipal, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, prevendo sua atualização, sempre que se fizer necessário;

b. Assegurar aos profissionais do magistério público municipal que o Plano de Carreira garanta em sua totalidade: progressão por titulação, desempenho e qualificação; hora atividade na jornada de trabalho e formação continuada;

c. Viabilizar, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, a formação de uma comissão composta por representantes dos profissionais do magistério, para acompanhar a efetivação do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, quando necessário;

d. Fazer cumprir, a partir do primeiro ano de vigência do Plano, os critérios da avaliação de desempenho dos profissionais da educação, respeitando: assiduidade, disciplina, eficiência, responsabilidade e cursos de formação na área da educação, totalizando oitenta horas a cada dois anos;

e. Garantir, a partir da aprovação do PME, estudos para viabilizar a elevação do piso salarial dos professores de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME;

f. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, a hora atividade para o docente da educação da rede municipal de ensino, de acordo com o plano de Cargos, Salários, Carreira e Remuneração do Quadro do Magistério Público Municipal de Realeza;

g. Garantir que, a partir da vigência deste Plano, a admissão de professores na rede municipal de ensino seja realizada de acordo com o que determina a legislação educacional vigente;

h. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, que os profissionais da educação da rede municipal de ensino, que atuarem nas funções de Suporte Pedagógico, tenham formação na área, conforme determina a legislação educacional vigente;



i. Estabelecer mecanismos para que, a partir da aprovação deste Plano, de forma gradativa, as aulas de educação física da rede municipal de ensino sejam ministradas por profissionais com formação superior em curso de licenciatura em Educação Física;

j. Elaborar, a partir da aprovação deste Plano, um programa permanente de formação/capacitação continuada dos profissionais da educação da rede municipal de ensino, que:

- i. Ocorram por meio de cursos, seminários, oficinas, grupos de estudo e/ou palestras;
  - ii. Assegure o mínimo de 40 horas anuais previstas em calendário escolar;
  - iii. Priorize e atenda aos diferentes aspectos e necessidades do exercício profissional do magistério;
  - iv. Considere a participação do profissional como um dos itens para fins de progressão na carreira;
  - v. Esteja articulado com a proposta pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e da unidade escolar;
  - vi. Oportunize um trabalho coletivo para reflexão e troca de experiências;
  - vii. Propicie subsídios para orientar a prática cotidiana do profissional da educação;
  - viii. Propicie estudos de novas metodologias de ensino;
  - ix. Propicie orientação técnica e recursos didáticos de apoio e instrumentalização do trabalho pedagógico.
- k. Ampliar, a partir da vigência do Plano, a formação de equipe multidisciplinar (assistente social, psicológico, nutricionista, fonoaudiólogo, psicopedagogo, entre outros) para prestar atendimento especializado aos alunos e professores da rede municipal de ensino;
- l. Assegurar, a partir do primeiro ano de vigência do Plano, o acompanhamento efetivo do profissional da educação em estágio probatório, orientando-o sobre o conhecimento das leis que regem a Educação e o Servidor Público, através de estratégias criadas por uma comissão formada para este fim;
- m. Estabelecer, durante a vigência deste Plano, formas para que o profissional do magistério possa, por meio de critérios estabelecidos por ato do Poder Executivo e no interesse do ensino participar em cursos na área da educação;
- n. Viabilizar, a partir da aprovação deste Plano, mecanismos que assegurem a efetiva participação dos profissionais da educação da rede municipal de ensino no processo de elaboração e realimentação da proposta pedagógica das instituições de ensino;



- o. Articular, a partir da aprovação deste Plano, com Instituições de Educação Superior, a oferta de cursos de especialização voltados à formação de profissionais para as diferentes áreas de ensino e de acordo com as necessidades existentes;
- p. Viabilizar mecanismos para divulgar e socializar as experiências inovadoras e criativas produzidas pelos profissionais da educação;
- q. Programar projeto de viagens de estudos com os profissionais da educação da rede municipal de ensino, visando à ampliação do conhecimento dos mesmos;
- r. Garantir, a partir da vigência deste Plano, em parceria com a Secretaria de Administração e com o Departamento de Recursos Humanos, o acompanhamento direto do profissional da rede municipal de ensino que estiver afastado por problemas de saúde há mais de 30 dias consecutivos ou que apresenta constantes atestados, procurando possíveis encaminhamentos necessários;
- s. Incentivar, a partir da vigência do Plano, a formação de grupos artístico-culturais pelos profissionais da educação da rede municipal de ensino, visando à integração destes profissionais e a difusão da arte, do saber e da cultura;
- t. Garantir a formação continuada aos profissionais administrativos e operacionais da rede pública municipal de ensino, em parceria com instituições de ensino, buscando uma prática mais efetiva e com qualidade;
- u. Promover formação continuada aos professores para atender a diversidade de estudantes no que diz respeito às relações de gênero, diversidade sexual e relações étnicas raciais;



## VII - FINANCIAMENTO E GESTÃO

### 1. FINANCIAMENTO E GESTÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

A Carta Magna determina que a educação seja oferecida em igualdade de condições para acesso e permanência na escola, que sejam garantidos como padrão de qualidade, a gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais, a valorização dos profissionais, entre outros aspectos relevantes. Para garantir a efetivação de tais princípios, vale destacar o financiamento da educação como elemento estruturante para a organização e o funcionamento das políticas públicas educacionais e para a materialização do Sistema Nacional de Educação. Assim sendo, mesmo que não seja fator suficiente e nem exclusivo, o financiamento se apresenta como condição necessária para a universalização do direito à educação pública de qualidade.

#### 1.1 Diagnóstico do Financiamento

Os recursos com que o Município conta para a manutenção e desenvolvimento da educação advém de fontes próprias como IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano), IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), ITBI (Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis), ISS (Imposto sobre Serviços); de transferências recebidas do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), ITR (Imposto Territorial Rural), Lei Kandir, ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e IPVA (Imposto sobre Propriedades de Veículos Auto Motores); do Salário Educação e de convênios firmados com o Governo Federal e Estadual.

#### IMPOSTOS, 2013, 2014 E 2015



Impostos	2013	2014	2015 (previsão)
IPTU	R\$ 492.432,83	R\$ 519.138,94	R\$ 647.460,00
IRRF	R\$ 167.754,12	R\$ 217.647,35	R\$ 90.970,00
ITBI	R\$ 636.887,76	R\$ 806.803,78	R\$ 660.000,00
ISS	R\$ 893.180,85	R\$ 1.074.385,42	R\$ 782.850,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 2.190.255,56</b>	<b>R\$ 2.617.975,49</b>	<b>R\$ 2.181.280,00</b>

Fonte: Departamento Financeiro Prefeitura Municipal, 2015.

#### TRANSFERÊNCIAS CORRENTES, 2013, 2014 E 2015

Transferências Correntes	2013	2014	2015 (previsão)
Cota-parte do FPM	R\$ 10.851.806,17	R\$ 11.642.391,85	R\$ 13.454.353,00
Cota-parte do ITR	R\$ 16.194,58	R\$ 18.293,10	R\$ 24.157,10
Transferências Financeiras LC 87/96	R\$ 66.812,54	R\$ 68.670,56	R\$ 98.241,00
Cota-parte do ICMS	R\$ 7.116.504,17	R\$ 7.979.452,67	R\$ 7.338.222,10
Cota-parte do IPVA	R\$ 1.571.548,77	R\$ 1.884.198,75	R\$ 1.668.487,70
Cota-parte do IPI-Exportação	R\$ 114.465,60	R\$ 199.661,92	R\$ 141.724,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 19.737.331,83</b>	<b>R\$ 21.792.668,85</b>	<b>R\$ 22.816.184,90</b>

Fonte: Departamento Financeiro Prefeitura Municipal, 2015.

#### CONVÊNIOS, 2013, 2014 E 2015

Convênios	2013 (R\$)	2014 (R\$)	2015 (R\$) (previsão)
Salário Educação	354.135,10	552.575,04	436.667,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	178.880,00	186.090,00	100.081,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar – Creche	44.400,00	43.610,00	41.230,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE	104.721,39	83.162,44	136.710,00
Outros	135.743,49	321.014,50	140.000,00
<b>Total</b>	<b>817.879,98</b>	<b>1.186.451,98</b>	<b>854.688,00</b>

Fonte: Departamento Financeiro Prefeitura Municipal, 2015.

#### GASTOS COM MERENDA ESCOLAR, 2012, 2013 E 2014

Ano	Valor Total	Repassé Federal	% Investido pela Prefeitura	Custo Aluno
2012	343.222,65	R\$ 118.128,00	R\$ 65,59%	R\$ 67,12



2013	557.940,56	R\$ 223.280,00	R\$ 59,99%	R\$ 53,83
2014	946.398,18	R\$ 229.700,00	R\$ 75,71%	R\$ 53,45

Fonte: Departamento Financeiro Prefeitura Municipal, 2015.

O transporte escolar é prioridade para os estudantes da rede municipal de ensino, mas também é ofertado a todos os alunos da rede estadual, além de uma ajuda de custo repassada aos estudantes que cursam o ensino superior em outros municípios. Prioriza-se o transporte do perímetro rural para o perímetro urbano e rural para escolas rurais, estendendo-se ainda o transporte escolar para o alunado da rede privada de ensino. A frota própria é composta por 15 veículos e um ônibus locado, para atender diariamente, mil trezentos e vinte e um alunos.

#### VALORES DA COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS ANUAIS COM TRANSPORTE ESCOLAR, 2012, 2013 E 2014<sup>20</sup>

Ano	Próprios (R\$)	Estaduais(R\$)	QESE(R\$)	MDE(R\$)	Outros(R\$)	Total(R\$)
2012	149.038,92	124.066,15	157.826,10	217.717,43	112.479,69	761.128,29
2013	158.947,39	89.919,60	88.733,13	253.324,88	70.724,14	661.649,14
2014	176.072,59	100.577,30	68.617,02	502.656,13	111.051,31	958.974,35

Fonte: Departamento Financeiro Prefeitura Municipal, 2015.

#### RECEITAS DO FUNDEF / FUNDEB, 2013, 2014 E 2015

Receitas do FUNDEF	2013	2014	2015 (previsão)
Transferências de Recursos do FUNDEF	R\$ 3.347.569,88	R\$ 4.352.643,25	R\$ 4.625.036,98
Transferências de Recursos de Complementação do FUNDEF	R\$ 614.321,44	R\$ 867.430,18	R\$ 169.287,02
<b>Total</b>	<b>R\$ 3.961.891,32</b>	<b>R\$ 5.220.073,43</b>	<b>R\$ 4.794.324,00</b>

Fonte: Departamento Financeiro Prefeitura Municipal, 2015.

O percentual de aplicação na Educação determinado pela Lei Orçamentária Municipal é de no mínimo 25%, mas nos últimos três anos a média aplicada foi de 28%.

#### RECEITAS DA EDUCAÇÃO, 2013, 2014 E 2015

Receitas	2013	2014	2015 (previsão)
FUNDEF / FUNDEB	R\$ 4.461.891,32	R\$ 5.160.073,43	R\$ 4.694.324,01
25%	R\$ 708.921,80	R\$ 767.065,25	R\$ 578.195,25

<sup>20</sup> QESE – Quota Estadual do Salário Educação; MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.



10%	R\$ 1.973.733,61	R\$ 2.191.985,26	R\$ 2.272.518,49
Remuneração Depósitos Especiais – FUNDEF / FUNDEB	R\$ 44.907,13	R\$ 6.464,84	R\$ 20.000,00
Remuneração Depósitos Especiais – Educação	R\$ 34.908,69	R\$ 8.112,11	R\$ 0,00
Convênios	R\$ 977.114,21	R\$ 1.561.551,37	R\$ 714.688,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 8.201.476,76</b>	<b>R\$ 9.695.252,26</b>	<b>R\$ 8.279.725,75</b>

Fonte: Departamento Financeiro Prefeitura Municipal, 2015.

#### DESPESAS DA EDUCAÇÃO, 2013, 2014 E 2015

Despesas	2013 (R\$)	2014 (R\$)	2015 (previsão)(R\$)
FUNDEF / FUNDEB	4.462.550,60	4.884.075,39	4.714.324,00
Ensino Fundamental	2.413.272,06	3.150.310,02	2.702.475,14
Educação Infantil	319.554,59	279.424,91	282.259,25
Convênios	627.645,23	1.665.647,72	714.688,00
<b>Total</b>	<b>7.823.022,48</b>	<b>9.979.458,04</b>	<b>8.413.746,39</b>

Fonte: Departamento Financeiro Prefeitura Municipal, 2015.

#### COMPARATIVO ENTRE DESPESAS E RECEITAS DA EDUCAÇÃO, 2013, 2014 E 2015

Receitas X Despesas	2013(R\$)	2014(R\$)	2015 (previsão)(R\$)
Receitas Vinculadas à Educação	29.012.967,94	32.505.996,11	28.704.610,90
(-) Receitas de Convênios	977.114,21	1.561.551,37	714.688,00
(-) Transferências do FUNDEF/FUNDEB	4.461.891,32	5.160.073,43	4.714.324,00
(-) Remuneração de Depósitos Especiais	79.015,82	13.576,98	20.000,00
<b>Total de Receitas Vinculadas à Educação</b>	<b>23.494.946,59</b>	<b>25.770.794,33</b>	<b>23.255.598,90</b>
Despesas com Educação	7.823.062,48	10.019.458,04	8.413.746,39
(-) Despesas de Convênios	627.645,23	1.665.647,72	214.688,00
(-) Complementação do FUNDEF	514.321,44	807.430,18	(149.287,02)
(-) Remuneração de Depósitos Especiais	79.015,82	13.576,95	0,00
<b>Total de Despesas com Educação</b>	<b>6.602.079,99</b>	<b>7.532.803,19</b>	<b>8.049.771,37</b>
<b>Percentual das Despesas sobre as Receitas</b>	<b>28,10%</b>	<b>29,23%</b>	<b>39,75%</b>

Fonte: Departamento Financeiro Prefeitura Municipal, 2015.

#### COMPARATIVO ENTRE O ORÇAMENTO DO ÓRGÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E O PERCENTUAL DE DESPESAS, 2014 E 2015

Orçamento / Despesas	Valor / Percentual	
	2014	2015 (previsão)



Orçamento (valor)	R\$ 10.019.458,04	R\$ 8.413.746,39
Despesas com pessoal (%)	65,96%	64,47%
Despesas com alimentação (%)	9,44%	6,18%
Despesas com manutenção (%)	22,57%	21,53%
Despesas com obras (%)	6,52%	2,62%
Despesas com equipamentos (%)	5,28%	3,17%
Despesas com reformas (%)	1,23%	2,03%

Fonte: Departamento Financeiro Prefeitura Municipal, 2015.

## 1.2 Diagnóstico da Gestão

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes (SMECE) é responsável pela gestão das políticas públicas municipais voltadas à área da Educação do Município, e por promover a expansão, difusão e oferta da Educação Básica, nos níveis de Educação Infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais) e nas modalidades de Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos.

Para desenvolver e coordenar a gestão da política pública educacional direcionada ao Município, a SMECE conta com um quadro funcional composto, além do Dirigente Municipal de Educação, por: uma Auxiliar de Secretaria; duas Supervisoras Pedagógicas (20h/cada); um Coordenador de Merenda Escolar; uma Psicóloga; uma Fonoaudióloga; um Diretor de Transporte e dezessete Motoristas que realizam o transporte escolar.

O atendimento na área dos esportes é realizado pelo Departamento de Esportes, uma subdivisão da SMECE. O Departamento é responsável por promover e executar as atividades esportivas no Município, contando com um quadro funcional composto por um Diretor; uma auxiliar de secretaria; três Coordenadores de Educação Física; dois Vigias e dois Auxiliares de Serviços Gerais.

A Casa da Cultura Professor Antonio Baccin e a Biblioteca Cidadã também são de responsabilidade da SMECE, onde trabalham duas Auxiliares de Serviços Gerais e três Auxiliares de Secretaria.

Os órgãos colegiados existentes no Município e vinculados à SMECE são:

- O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, criado em 30 de março de 2007, pela Lei nº 1.081/07 e formado por representante da Secretaria Municipal de Educação, representante dos Professores e Diretores das Escolas Municipais, representante de Pais de Alunos e APMFs e representante dos Servidores das Escolas Municipais;
- O Conselho Municipal da Alimentação Escolar (CAE), criado em 13 de outubro de 1995, pela Lei nº 692/95, composto por representante do Poder Legislativo; representante dos Professores; representante de Pais de alunos e representante da Sociedade Local;
- O Conselho Municipal de Educação, criado em 03 de abril de 2012 e formado por: representantes do Executivo Municipal, representantes dos Diretores e Docentes dos Anos Iniciais da Rede Municipal, representantes dos Diretores e Docentes dos Anos Finais da Rede Estadual de Ensino, representantes da Educação Especial, representantes das APMFs, representantes das Coordenações e docentes da Educação Infantil, representantes do Conselho



Tutelar, representantes do Ensino Privado, representantes dos Diretores e Docentes do Ensino Superior.

Nas escolas municipais são constituídos os Conselhos Escolares e APMFs.

A SMECE administra uma rede formada por cinco Centros Municipais de Educação Infantil e oito escolas municipais, dispondo para tanto de 222 profissionais, distribuídos nas mais diversas funções e atividades.

**PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DISTRIBUÍDOS POR CARGO/FUNÇÃO/ATIVIDADE, 2015.**

Cargo/ Função / Atividade	Total de profissionais
Docência - Ensino Fundamental	70
Docência - Educação Infantil	40
Docência - Educação Física	6
Docência - Projetos de EJA	1
Docência – Informática	0
Docência - Classe Especial	2
Docência - Sala de Recurso	4
Assistente de Biblioteca	1
Direção	6
Coordenação	18
Supervisão Escolar	2
Auxiliar de Secretaria	7
Estagiários – PROE	64
Docentes afastados (por problemas de saúde)	1
<b>Total</b>	<b>222</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Os principais projetos desenvolvidos na rede municipal no ano de 2014, que estão em andamento no ano de 2015 e com previsão para 2016 são:

- **O que dizem os cadernos de nossos alunos?** A cada semestre a equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, com apoio dos coordenadores pedagógicos das escolas municipais, realiza uma visita em cada escola, conforme cronograma específico, com o objetivo de observar o caderno do aluno e fazer uma sondagem de conhecimentos. O aluno recebe um adesivo específico, elaborado pela secretaria. As coordenações colaboram no sentido de orientação das possíveis dificuldades encontradas, levantamento de dados, que posteriormente, contribuem para diagnosticar o nível de aprendizagem dos educandos do município de Realeza;



- **Intercâmbio do Conhecimento:** Projeto realizado com os alunos dos quintos anos e se caracteriza como uma oportunidade privilegiada de estudo nas áreas do conhecimento. Trata-se de uma situação comunicativa prevendo diferentes exposições orais e explicativas preparadas com auxílio do professor e da equipe escolar. O projeto é desenvolvido a cada dois anos;
  - **Minha escola lê:** Desenvolvido nas unidades escolares no ano de 2014, tendo como pano de fundo as aulas de Literatura, incentivando o gosto pela leitura, o amor ao livro e a consciência de se adquirir o hábito de ler. As escolas desenvolvem projetos específicos de leitura e a Secretaria de Educação faz a culminância do projeto com divulgação e organização da Kombi da Leitura, que transita pelas escolas e entidades periodicamente, levando novas opções de leitura e entretenimento para as crianças;
  - **Promovendo a cidadania na escola:** Projeto que procura resgatar valores como: colaboração, convivência, atenção, honestidade, respeito, responsabilidade, preservação do meio ambiente e dos patrimônios públicos. Destinado aos quintos anos, mas atinge todos os níveis de escolaridade conforme o trabalho desenvolvido em cada unidade escolar. A Secretaria de Educação faz a culminância do projeto com palestra e premiações;
  - **Festival Interescolar da música sertaneja e popular:** Desenvolvido nas escolas com um festival interno, onde são selecionados alunos para participar do Festival Interescolar organizado pela Secretaria de Educação com o objetivo de despertar o gosto pela música e estimular os talentos na área musical e também proporcionar a participação efetiva das escolas municipais no Festival Municipal;
  - **PROERD:** Projeto de prevenção ao uso de drogas. O projeto conta com a colaboração de soldados integrantes da Polícia Militar e Patrulha Escolar;
  - **Projeto Escola Integral:** Projeto implantado em quatro escolas da rede municipal. Oferece ensino regular no período matutino e a parte diversificada, em forma de oficinas, no período vespertino, além das refeições, que incluem café da manhã, almoço e lanche no período da tarde;
  - **Mais- Educação:** Programa do Governo Federal implantado em seis escolas do município com o objetivo de ampliar a diversidade de atividades nas escolas de atendimento integral. O programa também foi inserido, com muito sucesso nas escolas do campo;
  - **Avaliativas Municipais:** A Secretaria de Educação, com a participação dos coordenadores das escolas municipais, organizam atividades avaliativas, conforme necessidade específica, para acompanhar e intervir na aprendizagem dos alunos nas diferentes etapas do ensino.

### 1.3 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDEB é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino.

O IDEB funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias. Para tanto, o IDEB é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos



exames aplicados pelo INEP. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente.

O resultado do IDEB do ano de 2013 deixou todos os envolvidos com a Educação do Município de Realeza satisfeitos com o resultado. No ano de 2011 o índice era de 6,7 e em 2013 chegou a 6,9, meta projetada para 2021. Esse resultado demonstra os esforços dedicados à educação do município, principalmente se observarmos os avanços alcançados nas Escolas em Tempo Integral.

A constante evolução do resultado observado se caracterizou por um conjunto de ações desenvolvidas pelas escolas e Secretaria de Educação, com o apoio da Administração Municipal e principalmente pelo comprometimento dos profissionais da Educação do Município.

### **1.3 Objetivos e metas para o Financiamento da Educação Básica**

#### **i. Metas estabelecidas pelo Plano nacional de Educação**

b. Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

#### **i. Metas e Estratégias para o Município**

I. Garantir, a partir da aprovação deste Plano, mecanismos de fiscalização e controle que assegurem o rigoroso cumprimento do art. 212 da Constituição Federal em termos de aplicação dos percentuais mínimos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino;

II. Aplicar efetivamente os recursos públicos financeiros definidos em lei para a educação, ampliando-os gradativamente, de forma a assegurar as condições necessárias à manutenção e ao desenvolvimento do ensino público de qualidade;

III. Incrementar anualmente o PIB do município no orçamento da educação até o último ano de vigência desse plano;

IV. Assegurar a aplicação de processos administrativos mais rigorosos aos gestores públicos que não investirem corretamente os recursos da educação, não prestando contas aos órgãos fiscalizadores ou não tornando públicas e transparentes as despesas e receitas dos recursos da educação;

V. Garantir as condições para execução dos Planos de Ações Articuladas (PAR) e o Plano Plurianual (PPA) em consonância com o Plano Municipal de Educação, dando cumprimento às metas e estratégias de qualidade estabelecidas para todas as etapas e modalidades de ensino;



VI. Garantir, a partir da aprovação deste Plano, mecanismos destinados a assegurar o cumprimento da LDB ( artigo 70 e 71), que define a aplicação de recursos que podem ser ou não, incluídos como manutenção e desenvolvimento do ensino;

VII. Garantir, nos próximos Planos Plurianuais, a previsão do suporte financeiro às metas constantes neste Plano Municipal de Educação;

VIII. Assegurar a transparência da gestão pública na área da educação, garantindo, a partir da vigência deste Plano, o funcionamento efetivo, autônomo e articulado dos conselhos de controle social;

IX. Garantir, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, que o Conselho Municipal de Educação possa exercer as funções: consultiva, propositiva, mobilizadora e fiscalizadora, buscando o exercício de uma gestão democrática e proporcionando um ensino de qualidade;

X. Estabelecer, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, critérios para priorizar projetos destinados às escolas com maiores necessidades de adequação quanto, à sua conservação e manutenção, dotando-as da infraestrutura necessária para garantir o bom atendimento;

XI. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, o apoio necessário à manutenção e ampliação dos programas de renda mínima associados à educação e que visem o acesso e a permanência do aluno na escola;

XII. Analisar, discutir e divulgar, periodicamente, na escola e na comunidade, os resultados das avaliações educacionais do MEC, estabelecendo a partir destes resultados, as medidas necessárias para atingir uma educação de qualidade;

XIII. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, a participação da comunidade na gestão das instituições de ensino da rede pública municipal, através dos Conselhos Escolares, com a finalidade de ampliar a democratização do ensino público municipal;

XIV. Apoiar, a partir da vigência deste Plano, os Conselhos Escolares, estabelecendo mecanismos de participação da família dos educandos no cotidiano das instituições, com a finalidade de monitorar e atingir as metas estabelecidas neste Plano e assegurando uma educação de qualidade para todos;

XV. Assegurar, a partir da aprovação deste Plano, a informatização das escolas municipais, com um serviço de qualidade, conectando-as em rede com a Secretaria Municipal de Educação, visando melhorar o fluxo de informações;



XVI. Garantir, a partir da vigência deste Plano, que todas as instituições municipais de ensino, com mais de 100 alunos matriculados, sejam dotadas de um núcleo gestor (direção) escolhido através do voto direto dos pais e funcionários da escola por meio de decreto municipal e de acordo com o Plano de Cargos e Salários dos professores municipais de Realeza;

XVII. Estabelecer, a partir da vigência deste Plano, os critérios para a escolha da função de direção/coordenação escolar, fixando regras claras, considerando mérito e desempenho para a nomeação e a exoneração do profissional designado para esta função nas escolas com menos de 100 alunos e Centros de Educação Infantil;

XVIII. Realizar, durante a vigência deste Plano, estudos entre os profissionais da educação da rede municipal de ensino para:

- i. Reformular sempre que necessário o currículo do Ensino Fundamental;
  - ii. Estabelecer um sistema de avaliação coerente com a realidade local, garantindo uma articulação entre o ensinar e aprender;
- s. Estabelecer, a partir da vigência deste Plano, padrões de qualidade de ensino com mecanismos de controle e acompanhamento das instituições municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental;
- t. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, a continuidade das ações pedagógicas adotadas na rede municipal, de relevância comprovada, para a melhoria da qualidade do ensino;
- u. Viabilizar e implantar sempre que necessário, a partir da vigência deste Plano, reformas e ajustes necessários, garantindo pleno atendimento de alunos com necessidades educativas especiais;
- v. Assegurar, a partir da aprovação deste Plano, a integração existente entre as redes de ensino (municipal, estadual e privada) para a realização de atividades educacionais, culturais e esportivas;
- w. Estabelecer, a partir da aprovação deste Plano, mecanismos que favoreçam o desenvolvimento do Centro Juvenil Padre Ludovico Redin, como sendo um ambiente cultural no Município, desenvolvendo projetos que visem o resgate da arte e da cultura popular;
- x. Promover, a partir da aprovação deste Plano, periodicamente, concursos, campanhas, palestras, cursos, teatros, entre outras atividades, voltadas para a defesa e preservação do meio ambiente, da saúde, da cidadania e outros temas que possam contribuir para o desenvolvimento de atividades extracurriculares;



- y. Assegurar, a partir da aprovação deste Plano, a manutenção e atualização permanente do acervo da Biblioteca Pública Municipal, da Biblioteca Cidadã, das bibliotecas das escolas municipais e de projetos de leitura;
- z. Garantir, a partir da aprovação deste Plano, espaços nas instituições municipais, para que o professor possa preparar suas aulas, com acesso a internet, onde possam ser reunidos diferentes tipos de materiais de aprendizagem e recursos de apoio ao trabalho (livros, revistas, jornais e outros) que possam contribuir para a atualização e enriquecimento dos seus conhecimentos;
- aa. Promover, a partir da vigência deste Plano, a articulação entre escola/família por meio de formação e atividades específicas, criando assim um espaço de discussão, reflexão e diálogo sobre as questões relativas à aprendizagem, educação e contexto escolar;
- bb. Assegurar, a partir da aprovação deste Plano, para os alunos da rede municipal de ensino, a oferta de merenda escolar de qualidade (com a inclusão de frutas e hortaliças da época) e em porções suficientes que garantam um mínimo calórico diário, por meio de cardápio elaborado por um profissional da área de nutrição;
- cc. Garantir, a partir da vigência deste Plano, recursos físicos, humanos e pedagógicos para as escolas da rede municipal de ensino que ofertam atendimento em tempo integral;
- dd. Viabilizar, após aprovação deste Plano, mecanismos para introduzir em toda rede municipal de ensino a inclusão digital para os professores e alunos, ampliando, gradativamente, para a comunidade escolar e local;
- ee. Estabelecer, a partir da aprovação deste Plano, mecanismos que visem aperfeiçoar e criar novos canais de comunicação entre escola e sociedade, a fim de discutir as expectativas e as necessidades da comunidade em relação à escola pública;
- ff. Estabelecer, a partir da aprovação deste Plano, mecanismos para, em observância às 28 Diretrizes do Programa Nacional “Compromisso Todos pela Educação”, promover ações, em regime de colaboração com as famílias e comunidade em geral, para atingir a média máxima estabelecida para o Município pelo IDEB;
- gg. Garantir, a partir da vigência deste Plano, o acompanhamento e a avaliação do Plano Municipal de Educação, promovendo a qualificação da equipe da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação, na perspectiva de assegurar o seu cumprimento e modificações necessárias durante a sua vigência;



- hh. Garantir, a partir da vigência deste Plano, com a participação da comunidade e do Conselho Municipal de Educação, o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas na área da educação, instituindo medidas para dar continuidade às ações efetivas e eficazes já realizadas;
- ii. Realizar, no primeiro ano de vigência deste Plano, estudos para avaliar o transporte escolar oferecido pela municipalidade, viabilizando, a partir deste estudo, mecanismos para a correção dos pontos deficitários;
- jj. Proporcionar, a partir da aprovação deste Plano, em parceria com a área da Saúde, exames anuais de saúde para motoristas do transporte escolar, visando dar condições para que os mesmos exerçam suas atividades com segurança;
- kk. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, a oferta de transporte escolar de qualidade, aos alunos da zona rural e localidades distantes das escolas, conforme critérios definidos pela Secretaria Municipal de Educação.



## VIII - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

O sucesso da implantação do Plano Municipal de Educação no município de Realeza depende, não somente da mobilização e vontade política das forças sociais e institucionais, mas também de mecanismos e instrumentos de acompanhamento e avaliação nas diversas ações a serem desenvolvidas no ensino, durante os dez anos de sua vigência.

A Secretaria Municipal de Educação, na figura do Dirigente Municipal de Educação, e o Conselho Municipal de Educação são responsáveis pela coordenação do processo de implantação e consolidação do Plano, formando em conjunto o “Grupo de Avaliação e Acompanhamento do PME”. Desempenharão também um papel essencial nessas funções, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e a Sociedade Civil Organizada. Assim, sob uma ótica ampla e abrangente, o conjunto das instituições envolvidas, sejam elas governamentais ou não, assumirá o compromisso de acompanhar e avaliar as diretrizes, os objetivos e as metas aqui estabelecidas, sugerindo sempre que necessário, as intervenções para correção ou adaptação no desenvolvimento das metas.

Os objetivos e as metas deste Plano, somente poderão ser alcançados se ele for concebido e acolhido como Plano do Município, mais do que Plano de Governo e, portanto, assumido como um compromisso da sociedade para consigo mesma. Sua aprovação pela Câmara Municipal, o acompanhamento e a avaliação pelas instituições governamentais e pela sociedade civil, são fatores decisivos para que a educação produza a grande mudança no panorama do desenvolvimento educacional, propiciando a inclusão social e a cidadania plena.

É fundamental que a avaliação seja efetivamente realizada, de forma periódica e contínua e que o acompanhamento seja voltado à análise de aspectos qualitativos e quantitativos do desempenho do PME, tendo em vista a melhoria e o desenvolvimento do mesmo.

Para isso, deverão ser instituídos mecanismos de avaliação e acompanhamento, necessários para monitorar continuamente, durante os dez anos de vigência, a execução do PME. Estes mecanismos devem ser:

- De aferição quantitativa: que controlem estatisticamente o avanço do atendimento das metas, observando-se os prazos estabelecidos ano a ano;
- De aferição qualitativa: que controlem o cumprimento das metas, observando além dos prazos, as estratégias de execução das ações para medir o sucesso da implementação do PME.

A primeira avaliação técnica será realizada no segundo ano após sua implantação, e as posteriores a cada dois anos.

Além da avaliação técnica, realizada periodicamente, poderão ser feitas avaliações contínuas, com a participação das comissões de elaboração do PME, com a sociedade civil organizada, por meio de conferências, audiências, encontros e reuniões, organizadas pelo Grupo de Avaliação e Acompanhamento.

Os instrumentos de avaliação instituídos como o SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), o ENEM, a Prova Brasil, o Censo Escolar e os dados do IBGE, são subsídios e



informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação do PME, os quais devem ser analisados e utilizados como meio de verificar se as prioridades, metas e objetivos propostos no PME, estão sendo atingidos, bem como se as mudanças necessárias estão sendo implementadas.



## DOCUMENTOS CONSULTADOS

---

- **Constituição Federal de 1988.**
- **Deliberação nº 02/2003.** Conselho Estadual de Educação. Institui normas para a Educação Especial, na modalidade da Educação Básica para alunos com necessidades educacionais especiais no Sistema de Ensino do Paraná.
- **Deliberação nº 002/2005.** Conselho Estadual de Educação. Institui normas para a Educação Infantil no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.
- **Lei nº 9.394/96,** de 23 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).
- **Lei nº 9.424/96** que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF.
- **Lei nº 11.494/07,** de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.
- **Lei nº 1.0172/01,** de 09 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação.
- **Lei Municipal nº 1566/14,** de 28 de maio de 2014, que institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.
- **Lei Orgânica do Município de Realeza.**
- **Lei Municipal nº 1535/13** que dispõe sobre o Plano Plurianual (2014 – 2017).
- **Plano Estadual de Educação do Paraná.** Versão Preliminar de fevereiro de 2006.
- **REALEZA, Paraná:** Origens e Formação do Município. Prefeitura Municipal de Realeza, Estado do Paraná. Administração 1993/1995.



## **SITES CONSULTADOS**

---

- [www.ampr.org.br](http://www.ampr.org.br)
- [www.federativo.bndes.gov.br](http://www.federativo.bndes.gov.br)
- [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)
- [www.ipardes.gov.br](http://www.ipardes.gov.br)
- [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)
- [www.maplink.uol.com.br](http://www.maplink.uol.com.br)
- [www.portadiaadia.pr.gov.br](http://www.portadiaadia.pr.gov.br)
- [www.seed.pr.gov.br](http://www.seed.pr.gov.br)
- <http://portal.mec.gov.br/>